



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas Anual do Exercício de 2023



APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo – TJES apresenta seu Relatório de Gestão – RELGES, em cumprimento ao item 03 do Anexo 05 da Instrução Normativa nº 28, de 26 de Novembro de 2013 e ao item 2.6 do Anexo III da Instrução Normativa nº 68, de 08 de Dezembro de 2020, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Este relatório apresenta os principais resultados dos programas desenvolvidos no âmbito do Poder Judiciário Estadual, na área administrativa, abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial.

As informações disponibilizadas foram consolidadas pela Secretaria-Geral, a partir dos dados enviados pelas unidades executoras.

Vitória, 22 de março de 2024.


Desembargador SAMUEL MEIRA BRASIL JR.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES



SUMÁRIO

1. Plano Plurianual de Aplicações	04
2. Planejamento e Gestão Orçamentária.....	07
3. Execução Orçamentária.....	09
4. Planejamento Estratégico.....	15
5. Revisão dos Dados Estatísticos Encaminhados ao CNJ.....	15
6. Ações Realizadas no Exercício de 2023.....	15
6.1 - Escola da Magistratura – EMES.....	15
6.2 - Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.....	30
6.3 - Assessoria de Segurança Institucional.....	32
6.4 - Secretaria de Infraestrutura.....	35
6.5 - Secretaria Judiciária.....	49
6.6 - Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.....	55
6.7 - Secretaria de Gestão de Pessoas.....	62
6.8 - Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária.....	68
6.9 - Secretaria de Tecnologia da Informação.....	71
7. Processos – casos novos, sentenças e baixas.....	77
8. Gestão de Precatórios no Exercício de 2023.....	78
9. Considerações Finais.....	80



RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

1. PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÕES

No seu último ano de vigência, o Plano Plurianual de Aplicações 2020/2023 apresentou os seguintes resultados:

Programa: Justiça Acessível com Solução de Demandas Efetiva, Adequada e em Tempo Razoável.

Objetivo: Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Público Alvo: Indivíduos e Organizações a Sociedade que buscam a tutela jurisdicional.

Situação: as ações componentes do programa, em ambas as unidades orçamentárias do órgão Poder Judiciário, apresentaram resultados satisfatórios, contribuindo para o desenvolvimento regular do programa e para o atingimento das metas inicialmente planejadas no PPA.

Unidades Orçamentárias:

TJES

Previsão Financeira 2023 (final): R\$ 1.149.356.323,20

Resultado Financeiro 2023: R\$ 1.131.427.584,74 (empenhado) / R\$ 1.105.245.103,39 (liquidado)

Execução 2023:

98,44% (empenhado)

96,16% (liquidado)

Obs.: resultados incluindo descentralização de crédito ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do ES para pagamento do abono pecuniário aos inativos e pensionistas (Lei Estadual nº 11.975/2023).

FUNEPJ

Previsão Financeira 2023 (final): R\$ 298.855.000,00

Resultado Financeiro 2023: R\$ 267.642.031,22 (empenhado) / R\$ 230.286.535,46 (liquidado)

Execução 2023:

89,56% (empenhado)

77,06% (liquidado)

Obs.: resultados incluindo descentralização de crédito ao Fundo Especial de Ciência e Tecnologia para cumprimento do termo de cooperação de outubro/2002 (processo 7002493-60.2022.8.08.0000).



Ações:

1 – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: viabilizar remuneração do pessoal ativo da Instituição, bem como a contribuição do Estado para o custeio dos regimes de previdência próprio e complementar.

Tipo: atividade

Produto: pessoal remunerado

Previsão Físico 2023: 3.638 (unidade)

Resultado Físico 2023: 3.511 (unidade)

Execução 2023: 96,51%

Previsão Financeira 2023 (final): R\$ 955.642.390,20

Resultado Financeiro 2023: R\$ 955.330.652,03 (empenhado) / R\$ 931.613.214,04 (liquidado)

Execução 2023:

99,97% (empenhado)

97,49% (liquidado)

Situação: ação sendo desenvolvida conforme previsão inicial.

2 – Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remuneração (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: assegurar recursos necessários à cobertura de gastos com reestruturação de cargos e carreiras e revisão da remuneração de competência da Instituição.

Tipo: operação especial

Produto: não definido

Previsão Físico 2023: 0

Resultado Físico 2023: 0

Execução 2023: 0%

Previsão Financeira 2023 (final): R\$ 1.000,00

Resultado Financeiro 2023: R\$ 0,00

Execução 2023: 0%

Situação: não houve reestruturação de cargos e carreiras. As revisões de remuneração foram realizadas diretamente pela ação 2029 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais.

3 – Pagamento de Pessoal Decorrente de Provedimentos por Meio de Concurso Público (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: assegurar recursos necessários à cobertura de gastos com o provimento de cargos públicos por novos servidores aprovados em concurso público.

Tipo: operação especial

Produto: não definido

Previsão Físico 2023: 0

Resultado Físico 2023: 0

Execução 2023: 0%

Previsão Financeira 2023 (final): R\$ 1.000,00

Resultado Financeiro 2023: R\$ 0,00

Execução 2023: 0%

Situação: as despesas com nomeações advindas de concurso público foram realizadas diretamente pela ação 2029 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais.



4 – Concessão de Abono a Inativos e Pensionistas (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: viabilizar o pagamento de abono estabelecido em lei aos aposentados e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social e aos que recebem complementação de aposentadorias e pensões vinculados ao Poder Judiciário Estadual.

Tipo: operação especial

Produto: aposentado/pensionista beneficiado

Previsão Físico 2023: 0

Resultado Físico 2023: 1.274 (unidade)

Previsão Financeira 2023 (final): R\$ 1.250.000,00

Resultado Financeiro 2023: R\$ 1.221.054,62 (empenhado e liquidado)

Execução 2023: 97,68%

Situação: ação realizada conforme previsão/intenção.

5 – Valorização e Desenvolvimento de Pessoas (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: oferecer a magistrados e servidores as vantagens pecuniárias legalmente previstas e outros benefícios sociais e de saúde, além de propiciar os meios para a contratação de estagiários e para a substituição de mão de obra da Instituição.

Tipo: atividade

Produto: pessoal beneficiado

Previsão Físico 2023: 3.638 (unidade)

Resultado Físico 2023: 5.735 (unidade)

Execução 2023: 157,64%

Previsão Financeira 2023 (final): R\$ 177.701.933,00

Resultado Financeiro 2023: R\$ 174.875.878,09 (empenhado) / R\$ 172.410.834,73 (liquidado)

Execução 2023:

98,41% (empenhado)

97,02% (liquidado)

Situação: ação sendo desenvolvida conforme previsão inicial.

6 – Efetividade na Prestação Jurisdicional (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: propiciar recursos essenciais ao cumprimento da atividade jurisdicional com efetividade, buscando celeridade e acessibilidade.

Tipo: atividade

Produto: processo baixado (segunda instância)

Previsão Físico 2023: 33.968 (unidade)

Resultado Físico 2023: 0 (unidade)

Execução 2023: 0%

Previsão Financeira 2023 (final): R\$ 14.760.000,00

Resultado Financeiro 2023: R\$ 0,00

Execução 2023: 0%

Situação: Ação não realizada. Dependente da finalização das etapas que antecedem o efetivo recebimento de recursos do BID.

7 – Efetividade na Prestação Jurisdicional (unidade orçamentária FUNEPJ)

Finalidade: propiciar recursos essenciais ao cumprimento da atividade jurisdicional com efetividade, buscando celeridade e acessibilidade.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Tipo: atividade

Produto: processo baixado (primeira e segunda instâncias)

Previsão Físico 2023: 405.474 (unidade)

Resultado Físico 2023: 409.453 (unidade)

Execução 2023: 100,98%

Previsão Financeira 2023 (final): R\$ 298.855.000,00

Resultado Financeiro 2023: R\$ 267.642.031,22 (empenhado) / R\$ 230.286.535,46 (liquidado)

Execução 2023:

89,56% (empenhado)

77,06% (liquidado)

Situação: Ação sendo desenvolvida conforme previsão inicial.

Os resultados físicos e financeiros do PPA 2020/2023 estão disponibilizados na página da internet do Tribunal de Justiça, no link “Portal Transparência/Informações Orçamentárias.”

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Seguindo os critérios estruturais habituais, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo consolidou o seu planejamento orçamentário, ano de 2023, baseado nas metas e intenções de despesa definidas pelas áreas estruturantes do Poder (revisadas pela Secretaria Geral), e nas demandas individuais de magistrados e servidores, entidades representativas e cidadãos em geral, estas últimas apresentadas em espaço próprio disponibilizado no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça, tudo em consonância com o Plano Plurianual de Aplicações 2020/2023.

Finalizada pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica e aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente e pelo e. Tribunal Pleno, a proposta orçamentária para o ano de 2023, órgão Poder Judiciário, permaneceu dividida em duas unidades orçamentárias: i) Tribunal de Justiça, cujos recursos são advindos do tesouro estadual e ii) Fundo Especial do Poder Judiciário – FUNEPJ, cuja fonte de arrecadação é própria e direta. Ambas restaram mais uma vez limitadas, em termos de despesa, às estimativas de suas receitas: para a unidade Tribunal de Justiça, a previsão advinda do Poder Executivo para a receita Estadual e sua repartição em tetos/limites; para a unidade Fundo Especial, a previsão de sua própria arrecadação.

À unidade Tribunal de Justiça permaneceram direcionadas as despesas com pessoal e encargos, e as despesas de custeio relativas a benefícios/auxílios, treinamento/capacitação, indenização de transporte (oficiais de justiça), estagiários, juiz leigo, mediadores/conciliadores, ajuda de custo e jetons.

À unidade Fundo Especial do Poder Judiciário restou subsidiar todas as demais despesas correntes e de capital da Instituição.

Importante destacar que a obrigação com a Contribuição Previdenciária Complementar (Aporte), de necessário cumprimento para o regular pagamento de inativos e pensionistas do Poder Judiciário, compõe o orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, em que pese permanecer incluído na base/teto que limita a despesa orçada pelo Tribunal de Justiça (R\$ 235.595.737,00).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Abaixo, o orçamento inicialmente aprovado, os créditos adicionais no decorrer do exercício (suplementações) e o orçamento autorizado final de ambas as unidades:

Unidade Tribunal de Justiça	VALOR
Orçamento Originário	R\$ 1.127.904.491,00
Créditos Adicionais	R\$ 21.451.832,20
Orçamento Final (Atualizado)	R\$ 1.149.356.323,20

Unidade Fundo Especial	CRÉDITOS ADICIONAIS
Orçamento Originário	R\$ 227.375.000,00
Créditos Adicionais	R\$ 71.480.000,00
Orçamento Final (Atualizado)	R\$ 298.855.000,00

As suplementações orçamentárias à unidade Tribunal de Justiça objetivaram:

Decreto 999-S, de 24/04/2023, no valor de R\$ 20.201.832,20 – recursos de superávit financeiro de exercício anterior do Poder Executivo (recursos não vinculados de impostos), visando compor o orçamento do Poder Judiciário, ano 2023, com mais recursos para a categoria de pessoal.

Decreto 2812-S, de 14/12/2023, no valor de R\$ 1.250.000,00 – recursos de anulação parcial de dotação orçamentária do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, visando o pagamento do abono pecuniário previsto na Lei Estadual nº 11.975, de 06/12/2023, aos inativos e pensionistas do Poder Judiciário do Estado do ES, categoria pessoal.

As suplementações à unidade Fundo Especial, por sua vez, pretenderam:

Decreto 1142-S, de 04/05/2023, no valor de R\$ 23.000.000,00 – recursos de superávit financeiro do exercício de 2022 do próprio Fundo Especial (recursos próprios, vinculados ao fundo), visando complementar a aquisição de imóvel urbano para abrigar unidades administrativas do Tribunal de Justiça e varas judiciais da comarca da Capital (iniciada em 2022).

Decreto 2725-S, de 07/12/2023, no valor de R\$ 10.000.000,00 – recursos de superávit financeiro do exercício de 2022 do próprio Fundo Especial (recursos próprios, vinculados ao fundo), visando subsidiar a aquisição de imóvel urbano para abrigar varas judiciais criminais (primeira parte do recurso para a aquisição).

Lei 11.995/2023, de 13/12/2023, no valor de R\$ 38.480.000,00 para o Poder Judiciário (Fundo Especial) - recursos de superávit financeiro de exercício anterior do próprio Fundo Especial (recursos próprios, vinculados ao Fundo), visando subsidiar a aquisição de imóvel para abrigar varas judiciais criminais (segunda parte do recurso para a aquisição).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. UNIDADE TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Fonte Tesouro)

3.1.1. DESPESA

POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL (A)	VALOR EMPENHADO (B)	% (B/A)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 955.644.390,20	R\$ 955.330.652,03	99,97%
Pessoal e Encargos Sociais - Descentralização	R\$ 1.250.000,00	R\$ 1.221.054,62	97,68%
Outras Despesas Correntes	R\$ 177.701.933,00	R\$ 174.875.878,09	98,41%
Outras Despesas Correntes - BID	R\$ 14.760.000,00	R\$ 0,00	0%
Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%
TOTAL	R\$ 1.149.356.323,20	R\$ 1.131.427.584,74	98,44%

POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	AUTORIZADO FINAL	VALOR EMPENHADO	%
Capacitação e Treinamento (inclusive instrutor interno)	R\$ 1.547.563,58	R\$ 1.355.211,45	87,57%
Juizados Cíveis e Criminais (Juiz Leigo)	R\$ 2.809.220,58	R\$ 2.742.821,86	97,64%
Folha Magistrados (Pessoal)	R\$ 256.067.622,07	R\$ 255.911.323,16	99,94%
Folha Magistrados (Custeio)	R\$ 19.527.642,46	R\$ 17.479.123,09	89,51%
Folha Servidores – Regime Geral (Pessoal)	R\$ 83.606.891,02	R\$ 83.511.594,22	99,89%
Folha Servidores – Regime Geral (Custeio)	R\$ 16.570.150,00	R\$ 16.477.763,15	99,44%
Folha Servidores – Regime Próprio (Pessoal)	R\$ 615.789.615,14	R\$ 615.746.171,35	99,99%
Folha Servidores – Regime Próprio (Custeio)	R\$ 111.993.365,30	R\$ 111.917.179,10	99,93%
Estagiários (Graduação, Pós Graduação e Conciliadores) Bolsa e Auxílios	R\$ 24.538.460,00	R\$ 24.224.772,80	98,72%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Gestão de Pessoas Seguro de Vida Estagiários	R\$ 30.565,00	R\$ 7.889,40	25,81%
Gestão de Pessoas Auxílio Transporte	R\$ 34.822,00	R\$ 6.338,24	18,20%
Auxílio Alimentação Policiais Militares à Disposição do TJES	R\$ 387.802,00	R\$ 386.500,28	99,66%
NUPEMEC Mediação e Conciliação	R\$ 439.842,02	R\$ 439.842,02	100%
PROMOJUES (BID)	R\$ 14.760.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Abono Inativos e Pensionistas (descentralização)	R\$ 1.250.000,00*	R\$ 1.221.054,62*	97,68%
Outras Despesas	R\$ 2.762,03	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 1.149.356.323,20	R\$ 1.131.427.584,74	98,44%

* Os R\$ 1.250.000,00 em orçamento, suplementados pelo Decreto 2812-S, de 14/12/2023, objetivando o pagamento do Abono a Inativos e Pensionistas, foram executados pelo IPAJM via descentralização orçamentária.

Do total efetivo de despesa empenhada, exceto descentralização, **R\$ 29.920.545,98 foram registrados em Restos a Pagar**, dependentes, portanto, de concretização real do gasto no decorrer do ano de 2024.

3.2. UNIDADE FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO - FUNEPJ (Fonte Própria)

3.2.1. RECEITA

A Previsão inicial de arrecadação da unidade FUNEPJ, que deu subsídio e contrapartida à despesa originalmente proposta e consolidada em orçamento, foi de R\$ 227.375.000,00. Abaixo, a efetiva execução da arrecadação, ano 2023:

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	REALIZADO	DIFERENÇA
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 - Taxas de Insp, Controle e Fiscal. 2 – Emolum.e Custas 3 – Taxas Jud.	R\$ 118.973.000,00	R\$ 134.354.729,65	+ R\$ 15.381.729,65
Receita Patrimonial	1 – Aluguéis e Arrendamentos 2 – Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 18.277.000,00	R\$ 30.072.236,92	+ R\$ 11.795.236,92



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Receita de Serviços	1 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais 2 – Inscrição em Concursos e Processos Seletivos 3 – Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	R\$ 1.070.000,00	R\$ 5.169.107,01	+ R\$ 4.099.107,01
Outras Receitas Correntes	1 - Multas Legais 2 – Multas e Juros Contratuais 3 - Outras Restituições 4 – Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB	R\$ 88.655.000,00	R\$ 144.955.653,71	+ R\$ 56.300.653,71
Receitas de Capital	1 – Alienação de Bens Móveis	R\$ 400.000,00	R\$ 443.976,13	+ R\$ 43.976,13
TOTAL		R\$ 227.375.000,00	R\$ 314.995.703,42	+ R\$ 87.620.703,42

A diferença na arrecadação, positiva, pode ser explicada, em sua maioria, pelo crescimento das seguintes receitas:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: i) custas judiciais (crescimento de 15,28% comparativamente ao exercício anterior), ii) serviços extrajudiciais (crescimento de 13,44% comparativamente ao exercício anterior) e iii) taxas judiciais (crescimento de 6,86% com relação ao exercício anterior).

Patrimonial: i) remuneração de depósitos bancários/aplicação financeira, receita diretamente proporcional ao volume de recursos em caixa (crescimento de 48,59% com relação ao exercício anterior).

Serviços: i) Inscrições em Concursos e Processos Seletivos (arrecadação não prevista para 2023 em face da incerteza, quando dos trabalhos de previsão de receita, quanto à realização de processos seletivos. Ao final do exercício de 2023 acabaram por ser realizados dois processos seletivos, categorias magistrados e servidores).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Outras Receitas Correntes: i) remuneração dos depósitos judiciais/*spread* bancário e ii) superávit extrajudicial (ambas as receitas foram significativamente importantes no ano de 2023, crescendo 42,27% comparativamente ao exercício de 2022).

A execução da despesa do FUNEPJ ocorreu nos seguintes montantes e percentuais:

3.2.2. DESPESA

POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL (A)	VALOR EMPENHADO (B)	% (B/A)
Outras Despesas Correntes	R\$ 171.555.973,00	R\$ 156.798.557,42	91,40%
Outras Despesas Correntes - Descentralização	R\$ 446.160,00	R\$ 446.160,00	100%
Despesas de Capital	R\$ 126.852.867,00	R\$ 110.397.313,80	87,03%
TOTAL	R\$ 298.855.000,00	R\$ 267.642.031,22	89,56%

POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	AUTORIZADO FINAL	VALOR EMPENHADO	%
Comunicação	R\$ 359.850,00	R\$ 93.052,50	25,86%
Deslocamentos (Diárias, inclusive Jurisdição Estendida, e Passagens)	R\$ 2.318.188,28	R\$ 2.272.708,09	98,04%
Engenharia (gestão predial, manutenção de equipamentos, aquisição, construção, reformas e locação de imóveis)	R\$ 148.402.062,26	R\$ 133.127.311,66	89,71%
Eventos Institucionais	R\$ 111.000,00	R\$ 23.504,25	21,18%
Financeiro (apoio às atividades administrativas)	R\$ 1.092.400,13	R\$ 970.294,56	88,82%
Gestão de Pessoas	R\$ 7.110.146,00	R\$ 4.565.304,68	64,21%
Gestão Documental	R\$ 15.884.562,71	R\$ 14.000.810,77	88,14%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Infraestrutura (material de consumo, material permanente, serviços de terceiros, tributos e multas)	R\$ 64.722.808,63	R\$ 61.753.337,88	95,41%
Segurança Institucional	R\$ 31.098.768,75	R\$ 27.308.711,66	87,81%
Tecnologia da Informação (manutenção e aquisição de software, equipamentos e serviços e soluções de TI)	R\$ 26.655.703,44	R\$ 22.983.076,96	86,22%
Tecnologia da Informação (descentralização)*	R\$ 446.160,00	R\$ 446.160,00	100%
Secretaria Geral (apoio às atividades administrativas)	R\$ 190.807,00	R\$ 37.830,00	19,83%
Juizados Cíveis e Criminais	R\$ 23.157,39	R\$ 20.542,80	88,71%
Não Definido	R\$ 439.385,41	R\$ 39.385,41	8,96%
TOTAL	R\$ 298.855.000,00	R\$ 267.642.031,22	89,56%

* Os R\$ 446.160,00 em orçamento foram descentralizados e executados pelo Fundo Especial de Ciência e Tecnologia via descentralização orçamentária.

Do total efetivo de despesa empenhada, foram inscritos em **restos a pagar** ao final do exercício (despesa dependente, portanto, de real realização no decorrer do ano de 2023), **R\$ 66.165.864,32**, na seguinte divisão:

RESTOS A PAGAR - POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
Outras Despesas Correntes	R\$ 255.160,25	R\$ 24.126.049,37	R\$ 24.381.209,62
Despesas de Capital	R\$ 28.555.208,31	R\$ 13.229.446,39	R\$ 41.784.654,70
Total	R\$ 28.810.368,56	R\$ 37.355.495,76	R\$ 66.165.864,32
% Total Empenhado	10,76%	13,96%	24,72%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

RESTOS A PAGAR - POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL	% SOBRE TOTAL EMPENHADO
Comunicação	R\$ 0,00	R\$ 7.805,25	R\$ 7.805,25	8,39%
Deslocamentos (Diárias, inclusive Jurisdição Estendida, e Passagens)	R\$ 0,00	R\$ 118.133,71	R\$ 118.133,71	5,20%
Engenharia (gestão predial, manutenção de equipamentos, aquisição, construção, reformas e locação de imóveis)	R\$ 28.513.082,13	R\$ 17.649.376,79	R\$ 46.162.458,92	34,68%
Financeiro (apoio às atividades administrativas)	R\$ 0,00	R\$ 136.005,53	R\$ 136.005,53	14,02%
Gestão de Pessoas	R\$ 1.013,33	R\$ 0,00	R\$ 1.013,33	0,02%
Gestão Documental	R\$ 9.980,90	R\$ 1.880.706,04	R\$ 1.890.686,94	13,50%
Infraestrutura (material de consumo, material permanente, serviços de terceiros, tributos e multas)	R\$ 107.854,72	R\$ 9.595.887,64	R\$ 9.703.742,36	15,71%
Segurança Institucional	R\$ 178.437,48	R\$ 2.324.179,88	R\$ 2.502.617,36	9,16%
Tecnologia da Informação (manutenção e aquisição de software, equipamentos e serviços e soluções de TI)	R\$ 0,00	R\$ 5.643.400,92	R\$ 5.643.400,92	24,55%
TOTAL	R\$ 28.810.368,56	R\$ 37.355.495,76	R\$ 66.165.864,32	24,72%



4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

No ano de 2023, as atividades relacionadas com o Planejamento Estratégico foram continuadas, embora a alimentação de informações no Sistema de Acompanhamento de Planejamento Estratégico ainda ocorra de maneira insatisfatória.

Após a implantação do novo ciclo de Planejamento Estratégico no ano de 2021, estão sendo conduzidas as ações decorrentes das iniciativas estratégicas identificadas. Neste sentido, estão sendo apresentados em os relatórios disponíveis no sistema de acompanhamento do Planejamento Estratégico, conforme alimentado pelas unidades administrativas e judiciárias. Resta informar que os dados financeiros ainda não estão sendo registrados, configurando uma etapa futura a ser efetivamente instalada.

Anexo I – 2023 - EVOLUÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO Neste relatório constam 95 ações que estão informadas de acordo com a evolução registrada pelas Unidades Judiciárias responsáveis.

Anexo II – 2023 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES

5. REVISÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS ENCAMINHADOS AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

No exercício da coordenação do Núcleo de Processamento de Estatística, estabelecida pelo Ato Normativo 134/2016, a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica realiza atividades relacionadas com a revisão dos dados encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça e referentes ao primeiro e segundo grau de jurisdição.

6. AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2023

6.1 ESCOLA DA MAGISTRATURA – EMES

A Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (Emes) foi criada pela Resolução TJES nº 04/1985 (DJ de 22.06.85) e ratificada pela Resolução TJES nº 276/1986.

Inicialmente, a Emes funcionava em regime de convênio com a Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo (Amages); contudo, no momento, a Escola da Magistratura é subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), conforme estabelecido na Lei nº 566/2010, que dispõe sobre a Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa da Justiça estadual.

A Emes, responsável pela capacitação e pelo aperfeiçoamento de magistrados/as e servidores/as para o exercício de suas funções no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES), está situada no 1º andar do prédio da Corregedoria Geral da Justiça do Estado Espírito Santo (CGJ-ES), na Avenida João Batista Parra, nº 320, Enseada do Suá, Vitória (ES), CEP 29050- 375.



Suas ações são divulgadas eletronicamente por meio de endereço vinculado ao portal do TJES: tjes.jus.br/emes.

Como cada vez mais se potencializam as demandas surgidas para o Poder Judiciário, as escolas judiciais alcançam importância estratégica dentro dos tribunais de todo o Brasil, tendo em vista que são essenciais à consecução dos objetivos e metas estabelecidos com vistas à efetivação de uma prestação judicial mais célere, efetiva e cidadã.

A Emes tem atuado de forma incisiva para o cumprimento de suas atribuições institucionais. Os cursos e eventos promovidos por esta Escola são planejados levando sempre em consideração a especificidade do trabalho desenvolvido por todo o quadro profissional de integrantes do Poder Judiciário estadual.

Portanto, a EMES atua em consonância com o que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988 (art. 39, § 2º: “A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados”).

Da mesma forma, a escola também atende ao disposto na Emenda Constitucional nº 45/2004, notadamente no que se refere à oferta de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção voltados, especificamente, para magistrados/as.

Operando tanto na 1ª Instância (comarcas) quanto na 2ª Instância (TJES), a jurisdição da Emes ocorre em todo o estado do Espírito Santo, tendo em vista que os diversos cursos e eventos promovidos atendem a magistrados/as e servidores/as de todas as unidades judiciárias do PJES, inclusive as mais remotas.

Correspondendo a seu propósito regulamentar, a escola promove ações formativas em diversas modalidades:

Cursos de Formação Inicial — Direcionados a magistrados/as e servidores/as, atendendo a ingressantes no órgão, com finalidade de propiciar o conhecimento da estrutura da Justiça estadual, das especificidades do serviço público, da conduta funcional e da integração ao ambiente institucional;

Cursos de Aperfeiçoamento e Formação Continuada — Promovem o constante aprimoramento, atualização e desenvolvimento humano e profissional de integrantes do Poder Judiciário de todo o estado, sendo ofertados a partir do Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) efetuado periodicamente ou, excepcionalmente, a partir de demandas específicas advindas dos distintos setores da Justiça estadual.

Cursos de Vitaliciamento — Têm por escopo preparar magistrados/as para se tornarem vitalícios/as na carreira.

Eventos (palestras, seminários, colóquios, workshops, etc.) — Objetivam discutir temas específicos, seja propor reflexões amplas envolvendo o Poder Judiciário, em diálogo com assuntos prementes na sociedade atual.

Pós-Graduação Lato Sensu — Credenciada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE-ES).



É importante destacar que os cursos e eventos de formação e aperfeiçoamento direcionados a magistrados/as são realizados sempre em diálogo com as diretrizes estabelecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), vinculada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Já os cursos e eventos de semelhante natureza disponibilizados a servidores/as são realizados com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para a viabilização de muitas das iniciativas destacadas, a Emes estabelece parcerias com outros órgãos, dentro de uma política de intercâmbio e de cooperação mútua, com exclusivo caráter didático-científico e cultural, materializando interesses comuns das instituições envolvidas.

Também vale ressaltar que a Emes tem ofertado cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), em ambiente de aprendizagem próprio; a EaD tem permitido a expansão das ações da escola no tocante à formação continuada de magistrados/as e servidores/as.

Progressivamente, desde o ano de 2020, os recursos digitais se tornaram responsáveis pela infraestrutura de grande parte das ações promovidas pela escola, em face da pandemia que se instalou em 2020.

6.1.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2023

Em 2023, a Emes realizou 131 ações, totalizando 810 horas-aula ofertadas ao público interno e externo. Participaram, ao menos, de uma ação formativa da Emes, 236 magistrados/as e 2537 servidores/as. É importante ressaltar o número expressivo de participações de magistrados e servidores das comarcas do interior, alcançados pelas palestras e cursos realizados por meio de plataforma virtual de videoconferência, que somaram o quantitativo de 872 alunos ao longo de 2023. Quanto ao público externo, a escola registrou 413 participações.

O sucesso no alcance e na ampliação da oferta de vagas nas ações coordenadas pela Emes, o que permitiu a participação simultânea de magistrados/as e servidores de todo o estado, é fruto do planejamento prévio e da inovação nas atividades, que foram realizadas quase que integralmente na modalidade remota, por videoconferência e ao vivo, com o suporte complementar da plataforma de educação a distância Moodle.

Dentre as atividades remotas, vale ressaltar a conclusão da segunda turma de Pós-graduação *Lato Sensu em Direito Penal e Direito Processual Penal* desta Escola, 100% *on-line*, no mês de agosto, totalizando 360 horas-aulas além das ofertadas nos cursos regulares. Para a cerimônia de encerramento do programa de especialização e entrega dos diplomas aos formandos, a Emes recebeu o Excelentíssimo Senhor Marco Aurélio Buzzi, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que proferiu a palestra “Mediação e Conciliação nos Processos por Superendividamento”.

Quanto às capacitações regulares, destacam-se as ações direcionadas aos múltiplos sistemas judiciais, a exemplo: Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU, Capacitação do Grupo de Apoio Técnico do Seeu e do BNMP 3.0: Ato Normativo Conjunto 015/2023, Atualização no BNMP 2.0, Saneamento do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0 e a Capacitação do Grupo de Apoio Técnico do SEEU e do BNMP 3.0: Ato Normativo Conjunto 015/2023, que juntas somam 36 horas-aulas distribuídas em 10 turmas, ambas destinadas a integrantes de unidades judiciárias de todo o estado e demais atores estaduais.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Ainda, com relação às demandas de capacitação e treinamento de caráter permanente em sistemas judiciais, cabe registrar que a Emes organiza, desde 2021, cursos com o intuito de sanar as principais e recorrentes dúvidas dos/as servidores/as deste PJES com relação ao manejo do Sistema Processual Eletrônico - Pje, são os “Descomplicando o Pje”, que abrangem as matérias cível, infância e juventude, fazenda pública, juizado especial cível e família. No ano de 2023, foram ofertadas 31 turmas, totalizando 93 horas-aula. Para maior difusão do conhecimento e alcance dos assuntos debatidos e solucionados nestes encontros virtuais, as aulas são gravadas e disponibilizadas na plataforma de educação mediada por tecnologia (Moodle) da Emes.

Visando a melhoria contínua e o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho nas unidades cartorárias em todo PJES, com foco na gestão processual, foram ofertadas 04 ações de capacitação em “Gestão Processual com ênfase em PJe”, destinados aos/as magistrados/as e servidores/as.

Na modalidade presencial, a Emes realizou, dentre outros, os cursos “Licitações Inteligentes: Qualidade das Contratações Públicas”, “Oficina: Visão Geral de Ferramentas do Compras.gov.br”, “Oficina: Contratação Direta por Dispensa de Licitação (Art. 75 da NLLC)” e “Oficina: Concorrência/Pregão”, destinados aos servidores da 2ª instância que atuam nas áreas de licitações e contratos e, ainda, aos gestores e ordenadores de despesas.

Por fim, ressaltamos, também, que a Emes, ao longo de 2023, promoveu cursos voltados a promoção de um atendimento mais igualitário para um judiciário mais acessível, ao todo foram realizadas 08 turmas do curso “Atendimento Inclusivo”, em atenção a Lei 13.146/2015.

A seguir, a Emes apresenta o quadro com as ações realizadas em 2023:

CURSO/PALESTRA	INSTRUTOR	DATA	CARGA HORÁRIA
Visão Geral do Pje – Usuários Da Corregedoria Geral Da Justiça/Es	Jeanni Will e Márcia Valeria Orechio Pimentel	1/2/2023	3 horas
Abertura da 23ª Semana da Justiça pela Paz em Casa	Dra. Tânia Regina Silva Reckziegel	6/3/2023	2 horas
Palestra: Grupos Reflexivos E Responsabilizantes Para Homens Autores De Violências Contra Mulheres No Brasil	Adriano Beiras/Daniel Fauth Washington Martins/ Michelle De Souza Gomes Hugll	6/3/2023	3 horas



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Sistema Nacional Da Adoção E Do Acolhimento - Sna	Helerson Elias Silva	6/3/2023	3 horas
Sistema Nacional Da Adoção E Do Acolhimento - Sna	Helerson Elias Silva	9/3/2023	3 horas
Sistema Nacional Da Adoção E Do Acolhimento - Sna	Helerson Elias Silva	10/3/2023	3 horas
Pje para Unidades Cíveis – Infância E Juventude (Seção Cível), Juizado Especial da Fazenda Pública, Órfãos e Sucessões	Juliana Carrareto Favarato Casoti Marcia Valeria Orechio Pimentel	27, 28/2 e 1, 2, 3, 6, 8,10/03/2023	24 horas
Palestra Sentenciando À Morte: A Tanatopolítica Em Decisões Penais Condenatórias.	Dra. AGLAÉ CAROLINE SANTOS CARNEIRO	24/3/2023	1 hora
Pje no 2ª Grau: Sessão de Julgamento (secretaria e gabinete)	Juliana Carrareto Favarato Casoti Marcia Valeria Orechio Pimentel	16, 17, 21, 22, 23, 28, 29 e 30/03/2023	24 horas
Atualização Do Banco Nacional De Monitoramento De Prisões (Bnmp 2.0) - Turma 1	Leandro Silva Oliveira	3/4/2023	4 horas
Trabalhando De Forma Colaborativa Com Google Docs E Google Drive	Marcos Rosi Marinho	4/4/2023	3 horas
Excel Básico Para Servidores E Servidoras Da Secretaria De Gestão De Pessoas	Ana Clara D'avila Guedes	8, 15, 22, 29/03/2023 e 5/04/2023	10 horas
Atualização Do Banco Nacional De Monitoramento De Prisões (Bnmp 2.0) - Turma 2	Leandro Silva Oliveira	12/4/2023	4 horas



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Autismo E Suas Realidades	Paula Fernanda Almeida De Pazoline, Carlos Gadia, Pollyana Paraguassú Posse, Anna Beatriz Carnielli Howat Rodrigues, Denys Rangel Moraes, Vinícius Vieira Mota, Lisa Morelo	14/4/2023	4h e 30min
Sistema Eletrônico De Informação - Sei	Leandro Silva Oliveira	18/4/2023	4 horas
Descomplicando O Pje: Matéria Cível - Cartório (Turma 1)	Waneska França Bodart Pampolini	19/4/2023	3 horas
Descomplicando O Pje: Infância E Juventude - Cartório (Turma 1)	Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	20/4/2023	3 horas
Trabalhando De Forma Colaborativa Com Google Docs E Google Drive: Assesores/As Do Tjes	Marcos Rosi Marinho	25/4/2023	3h e 30min
DESCOMPLICANDO O Pje: INFÂNCIA E JUVENTUDE - CARTÓRIO (TURMA 2)	Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	26/4/2023	3 horas
DESCOMPLICANDO O Pje: MATÉRIA CÍVEL – CARTÓRIO (TURMA 2)	Waneska França Bodart Pampolini	27/4/2023	3 horas
ENTENDENDO O Pjecor	Caliandra Farias Penna	26 e 27/4/2023	4 horas
DESCOMPLICANDO O Pje: MATÉRIA CÍVEL - GABINETE	Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	3/5/2023	3 horas
DESCOMPLICANDO O Pje: INFÂNCIA E JUVENTUDE - GABINETE	Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	4/5/2023	3 horas
Noções Básicas Do Sistema Eletrônico De Execução Unificado - Seu (Turma 1)	Leandro Silva Oliveira E Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	5/5/2023	4 horas
Novo Controle de Prazo no Pje	Márcia Valéria Orechio Pimentel E Waneska França Bodart Pampolini	8/5/2023	3 horas



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Inventário e Partilha: Teoria Geral	Conrado Paulino Da Rosa	12/5/2023	3 horas
Noções Básicas Do Sistema Eletrônico De Execução Unificado - Seeu (Turma 2)	Leandro Silva Oliveira E Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	15/5/2023	4 horas
Noções Básicas Do Sistema Eletrônico De Execução Unificado - Seeu (Turma 3)	Leandro Silva Oliveira E Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	18/5/2023	4 horas
Noções Básicas Do Sistema Eletrônico De Execução Unificado - Seeu (Turma 4)	Leandro Silva Oliveira E Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	22/5/2023	4 horas
Descomplicando O Pje: Juizado Especial Cível - Cartório (Turma 1)	Giovanini Fraga Zanotti	24/5/2023	3 horas
Descomplicando O Pje: Fazenda Pública - Cartório (Turma 1)	Waneska França Bodart Pampolini	25/5/2023	3 horas
Noções Básicas Do Sistema Eletrônico De Execução Unificado - Seeu (Turma 5)	Leandro Silva Oliveira E Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	26/5/2023	4 horas
Descomplicando O Pje: Juizado Especial Cível - Cartório (Turma 2)	Giovanini Fraga Zanotti	30/5/2023	3 horas
Descomplicando O Pje: Fazenda Pública - Cartório (Turma 2)	Waneska França Bodart Pampolini	31/5/2023	3 horas
Capacitação Do Usuário Interno Do Pje – Tramitação De Recursos Ordinários, Extraordinários E Especiais Nas Câmaras Isoladas, Grupos De Câmaras Reunidas E Pleno	Juliana Carrareto Favarato Casoti Marcia Valeria Orechio Pimentel	31/5/2023	3 horas
Gestão De Metas Do Conselho Nacional De Justiça (Cnj)	Rita De Cássia Barcellos Almeida	1 e 2/6/2023	6 horas



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Descomplicando O Pje: Juizado Especial Cível - Gabinete	Giovanini Fraga Zanotti E Helena Gonçalves Adami	6/6/2023	3 horas
Descomplicando O Pje: Fazenda Pública - Gabinete	Dr. Gustavo Henrique Procópio Silva	7/6/2023	3 horas
DESCOMPLICANDO O Pje: MATÉRIA CÍVEL – CARTÓRIO	Waneska França Bodart Pampolini	13/6/2023	3 horas
APERFEIÇOANDO O USO DO Pjcor: DÚVIDAS PRÁTICAS	Caliandra Farias Penna	14/6/2023	2 horas
DESCOMPLICANDO O Pje: MATÉRIA CÍVEL – CARTÓRIO	Waneska França Bodart Pampolini	21/6/2023	3 horas
Justiça Digital: Drive E Pje	Marcos Rosi Marinho, Fabio Buaiz De Lima, Luciana Merçon E Karine Santos Izoton	20 a 22/6/2023	10h30 min
Processo Civil Aplicado Às Varas De Família: Execução E Cumprimento De Sentença	Fernanda Tartuce	16 e 23/6/2023	6 horas
Descomplicando O Pje: Matéria Cível - Gabinete	Dr. Gustavo Henrique Procópio Silva	27/6/2023	3 horas
Do Inventário Sucessório: Aplicação Prática Na Visão Do Poder Judiciário	Rodrigo Reis Mazzei	19, 26, 29 e 30/6/2023	10 horas
Gestão Processual Com Ênfase Em Pje	Dr. Cássio Jorge Tristão Guedes, Dr. Thiago Vargas Cardoso E Waneska França Bodart Pampolini	4 e 5/7/2023	8 horas
Atendimento Inclusivo – Turma 1	João Estevão Silveira Filho	5/7/2023	3 horas
Atendimento Inclusivo – Turma 2	João Estevão Silveira Filho	06//07/2023	3 horas
VULNERABILIDADES ACRESCIDAS NA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: Tratamento Da População LGBTI E	Renata Chiarinelli Laurino	7/7/2023	3 horas



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Res. CNJ 348/2020 Comunicação Jurídica, Contemporânea E Eficaz	João Jerry Tononi	10,11 e 12/7/2023	9 horas
Bens Digitais No Direito Das Famílias E Das Sucessões	Dr. Marcos Jorge Catalan	14/7/2023	3 horas
Capacitação Do Usuário Interno Do Pje: EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E NUPEMEC	Jeanni Will E Márcia Valeria Orechio Pimentel	14/7/2023	4 horas
Gestão De Metas Do Conselho Nacional De Justiça (Cnj)	Rita De Cássia Barcellos Almeida	17 e 18/7/2023	6 horas
Capacitação Do Usuário De Secretaria Das Competências Criminal, Jecrim E Infância E Juventude – Seção Infracional Do Pje	Jeanni Will, Ana Paula Cardosoprata, Juliana Casoti E Renata Guizan Correa	17, 18 r 19//7/2023	9 horas
Atendimento Inclusivo – Turma 3	João Estevão Silveira Filho	19//07/2023	3 horas
Atendimento Inclusivo – Turma 4	João Estevão Silveira Filho	20//07/2023	3 horas
Resolução Cnj 484/2022: Reconhecimento De Pessoas Em Procedimentos E Processos Criminais	Mariana Py Muniz	21/7/2023	3 horas
Descomplicando A Gestão De Metas Do Conselho Nacional De Justiça (Cnj)	Rita De Cássia Barcellos Almeida E Maria Aparecida Peixoto Concinio Azevedo	26/7/2023	3 horas
Protocolo De Julgamento Sob A Perspectiva De Gênero	Madgéli Frantz Machado	27 e 28/7/2023	6 horas
Atendimento Inclusivo – Turma 5	João Estevão Silveira Filho	2/8/2023	3 horas
Atendimento Inclusivo – Turma 6	João Estevão Silveira Filho	3/8/2023	3 horas



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

I Jornada De Saúde Suplementar Do Poder Judiciário Do Estado Do Espírito Santo	Jose Luiz Toro E Outros	4/8/2023	8 horas
Capacitação De Usuário Interno De Secretaria Do Pje Competências: Criminal E Infância E Juventude (Seção Infractional)	Jeanni Wil, Juliana Casoti, Maria Aparecida Azevedo, Renata Guizan	9/8/2023	18 horas
Fiscalização De Obras Na Nova Lei De Licitações	Carolina Zancaner Zockun E Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli	25/7, 7 e 9/8/2023	12 horas
Processo Reestruturante De Família	Des. ALEXANDRE ANTÔNIO FRANCO FREITAS CÂMARA	14/8/2023	3 horas
Descomplicando o Pje: Matéria Cível - Cartório	Geane Campos Barboza	15/8/2023	3 horas
Descomplicando o Pje: Juizado Especial Cível - Cartório	Giovanini Fraga Zanotti	16/8/2023	3 horas
Atendimento Inclusivo – Turma 7	João Estevão Silveira Filho	16/8/2023	3 horas
Atendimento Inclusivo – Turma 8	João Estevão Silveira Filho	17/8/2023	3 horas
Regime De Bens No Stj	Marcos Ehrhardt Jr.	17 e 18/7/2023	6 horas
Capacitação Em Políticas E Procedimentos De Aquisições Aplicáveis Em Projetos Financiados Pelo Bid - Parte Teórica	Andreia Da Silva Oliveira Gomes	16, 17 e 18/8/2023	9 horas
Capacitação Em Políticas E Procedimentos De Aquisições Aplicáveis Em Projetos Financiados Pelo Bid - Mentoria	Andreia Da Silva Oliveira Gomes	16, 17 e 18/8/2023	12 horas



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Descomplicando O Pje: Juizado Especial Cível - Cartório	Giovanini Fraga Zanotti	22/8/2023	3 horas
Intensivo De Nivelamento Para Boas Práticas Cartorárias E Procedimentos No Pje	LUCÍOLA CRISTINA CONDE MESQUITA E MARIA APARECIDA PEIXOTO CONCINIO AZEVEDO	22/8/2023	8 horas
Capacitação De Usuário Interno De Secretaria Do Pje Competências: Criminal E Infância E Juventude (Seção Infracional)	Jeanni Will, Juliana Casoti , Leandro Silva Olveira, Maria Aparecida P. C. Azevedo E Waneska Pampolini	21,22 e 23/8/2023	9 horas
Descomplicando o Pje: Matéria Cível - Cartório	Geane Campos Barboza	23/8/2023	3 horas
Processo Civil Aplicado Às Varas De Família: Alimentos	Dra. Fernanda Tartuce	23 e 24/8/2023	6 horas
Emes 2023 Em Ação: Aula Magna Do Programa De Residência Jurídica E Conclusão Do Curso De Pós-Graduação Lato Sensu Em Direito Penal E Direito Processual Penal	Ministro Marcos Buzzi	25/8/2023	1 hora
O Sistema De Regulação Da Saúde Pública No Estado Do Espírito Santo	Alessandra Baque Berton, Elaine De Oliveira Lepaus E Yhorana Berger Tonoli	25/8/2023	2 horas
I Jornada De Saúde Suplementar Do Poder Judiciário Do Estado Do Espírito Santo	Clenio Jair Schulze, Eduardo Merlo De Amorim, Amanda Bassan E Martha Oliveira	28/8/2023	8 horas
Descomplicando o Pje: Matéria Cível - Gabinete	Geane Campos Barboza	29/8/2023	3 horas
Descomplicando O Pje: Juizado Especial Cível - Gabinete	Giovanini Fraga Zanotti E Helena Gonçalves Adami	30/8/2023	3 horas
IV Jornada Científica do FASP/PJES	Dra. Beatriz Borges Brambilla e outros	31/8 a 1/9/2023	19 horas



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Pje Criminal: unidades com competência criminal e infracional (gabinete)	Dr. Grécio Nogueira Grégio e Jeanni Will	5/9/2023	4 horas
Descomplicando o Pje: Matéria Cível - Cartório	Waneska França Bodart Pampolini	11/9/2023	3 horas
Gestão processual com ênfase em Pje	Dr. Cássio Jorge Tristão Guedes, Dr. Thiago Vargas Cardoso e Waneska França Bodart Pampolini	12 e 13/9/2023	8 horas
Elaboração de termo de referência segundo a lei 14.133/21	Marcel Lanteri Pierezan	4/9 a 14/09/2023	12 horas
Descomplicando o Pje: matéria de família (cartório)	Saulo Hoffmann Prates	14/9/2023	3 horas
Inteligência artificial no Poder Judiciário: possibilidades e desafios	Dierle José Coelho Nunes	15/9/2023	2 horas
Formação no Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF) para Uso em Depoimento Especial	Elio Braz Mendes, Gildair Lopes dos Santos e Simony Freitas de Melo	07/08 a 17/9/2023	60 horas
Pje Criminal: unidades com competência criminal e infracional (gabinete)	Dr. Grécio Nogueira Grégio e Jeanni Will	18/9/2023	4 horas
Descomplicando o Pje: matéria de família (cartório)	Saulo Hoffmann Prates	20/9/2023	3 horas
Pje no 2º grau: cumprimento de sentença (distribuição, câmaras cíveis, pleno e vice-presidência)	Juliana Carrareto Favarato Casoti e Marcia Valéria Orechio Pimentel	20/9/2023	3 horas
Descomplicando o Pje: matéria cível – cartório	Waneska França Bodart Pampolini	21/9/2023	3 horas
"O olhar sobre o desenvolvimento infantojuvenil nas varas de família: construindo	Cláudia Paresqui Roseiro	21/9/2023	#REF!



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

pontes"			
Saneamento do BNMP 2.0: tirando dúvidas	Leandro Silva Oliveira	25/9/2023	2 horas
Pje Criminal: distribuição de 1º grau	Jeanni Will e Renata Guizan Corrêa	25/9/2023	4 horas
Contratualização das relações de família	Dimitre Braga Soares de Carvalho	19 e 26/9/2023	6 horas
Descomplicando o Pje: matéria de família (gabinete)	Dr. Gustavo Henrique Procópio Silva	26/9/2023	3 horas
Descomplicando o Pje: matéria cível (gabinete)	Dr. Gustavo Henrique Procópio Silva	27/9/2023	3 horas
Capacitação do Usuário Interno da Secretaria do Pje competências: criminal e infância e juventude (seção infracional)	Jeanni Will, Juliana Carrareto Favarato Casoti, Leandro Silva Oliveira, Marcia Valeria Orechio Pimentel, Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo e Renata Guizan Correa	19,20,21,25,26,27 e 28/9/2023	21 horas
Gestão e Inovação em Unidades Judiciais: desenvolvendo as competências gerenciais	Fabício Castagna Lunardi	27 e 28/9/2023	8 horas
Treinamento para o Serviço Cartorário nas Secretarias Unificadas de 1ª Instância	Katharina Marcondes Ferrari, Livia Lima Sodré e Lucíola Cristina Conde Mesquita	29/9/2023	6 horas
Gestão, inovação e transformação digital	Guilherme André Pacheco Zattar	05 e 06/10/2023	6 horas
Gestão processual com ênfase em pje	Dr. Cássio Jorge Tristão Guedes, Dr. Thiago Vargas Cardoso E Waneska França Bodart Pampolini	10 e 11/10/2023	8 horas
Capacitação Do Usuário Interno Da Secretaria Do Pje Competências: Criminal E Infância E Juventude (Seção Infracional)	Jeanni Will , Marcia Valeria Orechi Pimentel, Juliana Carrareto Favarato Casoti e Renata Guizan Correa	05/ a 11/10/2023	21 horas



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Proposta De Serviço Cartorário De 1ª Instância: Perfis E Habilidades Necessárias Para O Trabalho Em Equipe (Magistrados/As Gestores/As)	Elaine Avelar Malagoli Paulino e Rosimary Morelato Vicentini	17/10/2023	6 horas e 30 min
Proposta De Serviço Cartorário De 1ª Instância: Perfis E Habilidades Necessárias Para O Trabalho Em Equipe (Chefes De Secretaria)	Elaine Avelar Malagoli Paulino e Rosimary Morelato Vicentini	15 a 20/10/2023	19 horas e 30 min
Gestão da atividade judiciária	Vinicius Pedrosa Santo	19 e 20/10/2023	8 horas
Como implementar a gestão em unidades judiciárias	Maria Elisa Bastos Macieira e Mauriti Maranhão	17 a 25/10/2023	16 horas
Repensando a prescrição	Des. Alexandre Antônio Franco Freitas Câmara	27/10/2023	3 horas
Palestra Standard Probatório nos Crimes contra o Sistema Financeiro	Min. Rogério Schietti Machado Cruz	30/10/2023	1 hora
Gestão de Gabinetes Judiciais	Orlando Luiz Zanon Junior	30/10 e 01/11/2023	8 horas
Gestão processual com ênfase em pje	Dr. Cássio Jorge Tristão Guedes, Dr. Thiago Vargas Cardoso E Waneska França Bodart Pampolini	7 e 8/11/2023	8 horas
Direitos Humanos	Desª Inês Virgínia Prado Soares	9 e 10/11/2023	6 horas
Direito das Sucessões e Inventário nos Tribunais	Rodrigo Reis Mazzei	6, 13 e 20/11/2023	9 horas
Abertura da 25ª semana da justiça pela paz em casa		20/11/2023	3 horas e 30 min



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Pacto nacional do judiciário pela equidade racial	Jackeline Oliveira Rocha, Dr. Wagner Eduardo Vasconcellos, Dr. Gustavo Henrique Araújo Forde, Dr. Julio Cesar De Castilhos Oliveira Costa, Ma Heloisa Ivone Da Silva Carvalho	20/11/2023	3 horas
Modificações Procedimentais Relativas À Alienação Parental: Lei 14.340/2022	Dra. Fernanda Tartuce	21/11/2023	3 horas
Descomplicando o Pje Criminal: Cartório	Leandro Silva Oliveira e Maria Aparecida Peixoto Concinio Azevedo	22/11/2023	3 horas
Procedimento Infracional No Plantão Judiciário Ordinário: Do AAAI À Audiência De Apresentação	Dra. Richarda Aguiar Littig	22/11/2023	2 horas
Controle de Convencionalidade e o Brasil: Desafios e Perspectivas	André de Carvalho Ramos	23 e 24/11/2023	6 horas
Pje Criminal: distribuição de 1º grau	Jeanni Will e Renata Guizan Corrêa	24/11/2023	4 horas
Capacitação do Grupo de Apoio Técnico do SEEU e BNMP 3.0: Ato Normativo Conjunto 015/2023	Leandro Silva Oliveira	29/11/2023	3 horas
Curso Licitações Inteligentes: Qualidade das Contratações Públicas	Álvaro Capagio	27, 28 E 29/11/2023	24 horas
Seminário A Modernização do Poder Judiciário Capixaba por Meio da Transformação Digital	Bruno Toledo, Carlos Vinicius De Arimateia, Esdras Silva Belchimol Pinto, Fátima Cartaxo, Fernando Cafferata, Desª Janete Vargas Simões, João Thiago De França Guerra, Maurício Garcia Mejia, Des. Samuel Meira Brasil, Des. Willian Silva	1/12/2023	7 horas



Pje + R	Marcos Ferreira Girão Junior	4 e 5/12/2023	6 horas
Compartilhamento de Competências entre Juízas e Juizes	Maria Gabriela Silva Campos Ferreira	30/11 e 12/12/2023	6 horas
Oficina Visão Geral de Ferramentas do Compras.gov.br	Vanessa Moreira Ventura	11/12/2023	4 horas
Oficina Concorrência/Pregão	Vanessa Moreira Ventura	11/12/2023	4 horas
Oficina Contratação Direta por Dispensa de Licitação (art. 75 da NLLC)	Vanessa Moreira Ventura	12/12/2023	8 horas
Relações Étnico-Raciais no Brasil: História, Conquistas e Desafios	Amanda Palomo Alves	27/11 e 4, 11, 13/12/2023	12 horas

6.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TJES (Ascom TJES) é responsável por fazer chegar até as cidadãs e os cidadãos capixabas informações sobre a Justiça estadual a fim de, em consonância com a Meta Nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), *fortalecer a relação institucional do Judiciário com a Sociedade*.

As atribuições do setor estão estabelecidas no artigo 22, da Resolução nº 75/2011 do Tribunal de Justiça (TJES), e visam garantir a transparência e a publicidade dos atos praticados e atividades desenvolvidas pelo Judiciário estadual.

6.2.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2023

Assessoria de Imprensa

A equipe da Ascom atendeu 469 demandas de jornalistas do Espírito Santo e de outros estados brasileiros no biênio, de janeiro a dezembro de 2023. A maioria das pautas tratavam de informações a respeito de sentenças, decisões, tramitação de processos, pautas de julgamento, audiências de custódia, julgamentos de grande repercussão, dados estatísticos e temas institucionais, como eleições para escolha da mesa diretora e de integrantes do Tribunal Pleno, entre outros.

Durante o ano de 2023, também foram produzidas e publicadas 745 notícias no site eletrônico do TJES, que também foram enviadas diariamente para todos os endereços eletrônicos de veículos de imprensa e profissionais de comunicação cadastrados pela Ascom.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Os releases deram publicidade a decisões judiciais, prêmios recebidos por membros do TJES, eventos, vagas de estágio, cursos e formações, além de iniciativas desenvolvidas por integrantes do Poder Judiciário em todo o estado, como pautas concentradas e ações do ônibus rosa do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha.

Redes Sociais

O conteúdo também foi disponibilizado nas redes sociais do TJES. Ao todo, durante o período, foram feitas 787 postagens no Instagram e no Facebook, e 745 no Twitter, que além das divulgações diárias, incluíram campanhas de conscientização, serviços e informações de interesse público.

A divulgação também teve o incremento dos vídeos do programa *Em síntese*, desenvolvido especialmente para o stories do Instagram e postado sempre às sextas-feiras, com um resumo das principais notícias da semana.

Audiovisual

E neste mesmo formato, o Canal do TJES no youtube produziu 45 reportagens e vídeos a respeito de campanhas, projetos, homenagens e eventos no ano de 2023, entre elas a Campanha Esperando por Você, com 20 vídeos no período.

O programa, idealizado pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) e executado em parceria com a Assessoria de Imprensa do TJES desde 2017, surgiu com o propósito de estimular a adoção de crianças e adolescentes para os quais não foram encontrados pretendentes nas buscas estaduais, nacionais e internacionais. Os vídeos são produzidos e divulgados após a devida autorização de juízas e juizes da infância, coordenadores das instituições de acolhimento e guardiões legais.

Já em áudio, outro produto disponibilizado pela Ascom foi o Just Talk, podcast do Poder Judiciário do Espírito Santo, criado em 2020 para informar a população, de uma forma simples e descomplicada, sobre as ações da Justiça estadual e assuntos relevantes do universo jurídico.

Com programas distribuídos durante o ano de 2023, pela plataforma Spotify, o Just Talk trouxe temas como: Direitos do Consumidor, Dia da Criança, Termo de Responsabilidade, Orgulho Autista, Direito Autoral, Importunação Sexual, Relacionamento Tóxico, entre outros.

Editoração Gráfica

Durante o período, a Ascom também ficou responsável pela identidade gráfica de campanhas e eventos promovidos pelo Judiciário estadual, em que foram produzidas 1.284 peças gráficas virtuais e impressas. Entre os produtos desenvolvidos pela Assessoria destacam-se: Diagramação da Cartilha REURB, para a Corregedoria Geral de Justiça, sinalização para o Fórum Cível de Vitória, o novo projeto de pintura e adesivação do ônibus do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha; Material para o Prêmio William Couto, diagramação e produção do Relatório de Gestão do PJES do biênio 2022/2023.

Público Interno

Comunicados rápidos, que precisavam chegar ao público externo e interno com agilidade, como indisponibilidade de sistemas, interdição de via de acesso ao Tribunal de Justiça, mudança de endereço



de unidades, foram disponibilizados no site institucional por meio do Pop-up, uma janela que aparece instantaneamente assim que a página é acessada.

Para atingir tal objetivo, contamos com dois recursos, um pop-up disponibilizado para qualquer usuária ou usuário e outro disponibilizado apenas para integrantes do Poder Judiciário, após a inserção de login e senha.

Outro produto voltado para o público interno é o Clipping de Notícias do Poder Judiciário. Por meio do serviço, notícias e reportagens dos principais veículos de comunicação do estado e do Brasil, que impactam tanto no serviço prestado pela Justiça como na imagem do Judiciário, são inseridos em local próprio, na área da intranet do site do Tribunal de Justiça.

Informes referentes ao Judiciário e ao desenvolvimento profissional, também foram enviados para juízas e juízes, servidoras e servidores, estagiárias e estagiários, por meio de um informativo eletrônico personalizado, denominado Última Hora. Ao todo, foram produzidos 10 boletins durante o ano.

E por meio de listas de transmissão em aplicativo de mensagens instantâneas, foram remetidas notas e informações técnicas para membros da magistratura, a pedido da Presidência e da Vice-presidência do TJES.

6.2.2 AÇÕES A SEREM REALIZADAS

Entre as ações a serem realizadas está a reformulação do ambiente da Intranet do sítio do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que tem a finalidade de facilitar o acesso do público interno às informações relevantes sobre o trabalho desenvolvido pelas unidades judiciárias, secretarias, coordenadorias e assessorias, assim como, às decisões que impactam no dia a dia dos integrantes do Órgão e facilitam a comunicação interna no âmbito do Judiciário Capixaba.

6.3 ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

À Assessoria de Segurança Institucional (ASI) compete realizar a segurança das instalações, bem como controlar o acesso de pessoas e veículos, em todos os prédios utilizados pelo Poder Judiciário, dentre outras atribuições, conforme prevê o art. 24, da Resolução TJES nº. 075/2011.

6.3.1. AÇÕES REALIZADAS EM 2023

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Locação de Detectores de Metais e Scanner de Raio-X.	O objetivo da contratação desses equipamentos é ampliar a abrangência desse sistema nas comarcas de grande porte do interior e garantir o bom funcionamento dos outros equipamentos de segurança já instalados. Além de atender as demandas da resolução 031/2018 do E. Tribunal de Justiça do Espírito Santo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

	<p>Essa resolução determina que o acesso às dependências do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo dependerá, obrigatoriamente, de identificação perante a recepção, bem como da prévia vistoria de pessoas, de objetos e de volumes pelos equipamentos detectores de metais, assim como de inspeção de bagagens.</p>
<p>Aquisição de suprimentos para impressão de Crachás de identificação para magistrados, servidores e estagiários do PJES.</p>	<p>O objetivo da presente contratação é fornecer suprimentos que permitam a continuidade da confecção de crachás para todos os funcionários do PJES: magistrados, servidores e estagiários. Garantindo assim que todos aqueles que trabalham nas unidades jurisdicionais portarão seu crachá de identificação.</p>
<p>Contratação de empresa para Locação de equipamentos para controle de acesso de pessoas e veículos.</p>	<p>Instalação, em 40 unidades de sistema de controle de acesso via biometria facial. A proposta é que todos os cadastros de acesso do PJES sejam unificados.</p> <p>Assim, utilizando somente o próprio rosto, magistrados, servidores, advogados e visitantes poderão acessar os fóruns do PJES.</p>
<p>Atualização do Software de gravação e gerenciamento de câmeras que atende o PJES</p>	<p>Trata da renovação do suporte para atualização do Milestone XPROTECT, versão mais avançada do software, que já se encontra instalada no Poder Judiciário do Espírito Santo - PJES.</p> <p>A atualização do plano de suporte permite que o sistema de monitoramento de imagens tenha acesso a patches e atualizações de segurança mais recentes, bem como as últimas melhorias na plataforma, garantida pelos 5 anos contratados.</p> <p>Também garante que o sistema esteja protegido e atualizado, além de permitir a inclusão do acesso dos integradores ao canal de suporte da Milestone para atendimento do PJES, referente à solução de eventuais problemas com a plataforma que necessitem de envolvimento do fabricante (suporte de terceiro nível).</p>



6.3.2. AÇÕES EM ANDAMENTO

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Aquisição de conjuntos de videowall para monitoramento das câmeras do PJES	O objetivo da contratação desses equipamentos é possibilitar a visualização, em tempo real e de gravações, das imagens gravadas pelas câmeras digitais de videomonitoramento instaladas em várias localidades do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. Seria um conjunto completo de videowall instalado na Central de Monitoramento da Assessoria de Segurança Institucional para visualização e monitoramento 24h por dia e outro na própria Assessoria para acompanhamento da segurança durante o período de expediente por parte do corpo técnico da ASI.
Ampliação e modernização do parque de câmeras de monitoramento nos prédios do PJES	O objetivo é modernizar os sistemas de câmeras instalados, por meio de substituição de equipamentos estratégicos, utilização de sistemas de inteligência artificial para aprimoramento da segurança e acréscimo de câmeras extras, para redundância em áreas sensíveis, bem como cobertura de pontos cegos. Além disso, há a previsão de implantação de câmeras nas localidades que não foram contempladas, atingindo a cobertura de 100% dos prédios do PJES.
Contratação de nova empresa para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada	Assegurar a manutenção dos serviços de vigilância patrimonial ostensiva nos edifícios que compõem o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES), tendo como objetivos primordiais resguardar o patrimônio público e oferecer segurança a magistrados, autoridades, servidores, jurisdicionados e demais cidadãos que transitam nessas unidades, buscando-se com essa contratação a correta execução dos procedimentos de segurança padronizados do PJES, entre eles a Resolução nº 031/2018 e o Ato Normativo n.º 004/2019.



6.4 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

A Secretaria de Infraestrutura é a unidade administrativa responsável pelas atividades referentes à aquisição (pesquisas de mercado, licitações e contratações diretas), controle, fornecimento e logística de materiais de consumo e permanentes; dos serviços de apoio (recebimento e expedição de correspondências); dos serviços de transporte; dos serviços de limpeza e copeiragem; dos serviços de reprografia; dos serviços de telefonistas; dentre outros.

Cabe, ainda, à Secretaria, a coordenação das metas e diretrizes propostas pela Administração do Poder Judiciário, o acompanhamento da execução do seu orçamento, organizando os planos de trabalho e cronogramas para a realização das atividades de sua competência e zelando pelo cumprimento dos prazos estipulados, dentre outras atribuições elencadas na Resolução TJES nº 75/2011.

É a estrutura da Secretaria de Infraestrutura:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Infraestrutura	Coordenadoria de Suprimentos e Controle Patrimonial	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Material de Consumo;• Seção de Patrimônio.
	Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Compras;• Seção de Contratação.
	Coordenadoria de Serviços Gerais	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Transporte;• Seção de Zeladoria.

A **Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos** é responsável pelo processamento das contratações das aquisições de materiais e equipamentos e dos serviços mediante processos licitatórios ou compras diretas (dispensas e inexigibilidades de licitação), bem como atividades correlatas. Para tanto, acompanha e executa os processos desde a fase de coleta de preços, com a finalidade de apurar os preços praticados no mercado, até a fase da contratação em si.

Essa Coordenadoria também apoia a Comissão Permanente de Licitação (CPL) no processamento das licitações realizadas, nas modalidades concorrência, tomada de preço e convite, bem como orienta seus membros sempre quando solicitado.

Importante ressaltar que o Coordenador(a), em contratações diretas, verifica a compatibilidade da solicitação, por meio de manifestação fundamentada, com base nos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93 (e artigos 74 e 75 da NLCC, N°14.133/2021).

Compete, por fim, à aludida Coordenadoria, apresentar, por informação o orçamento mais vantajoso em contratações diretas; controlar banco de dados contendo informações de fornecedores interessados em trabalhar com o Poder Judiciário; manter atualizado as informações relativas à contratação direta, nos termos do art. 24, incisos I e II da Lei nº 8.666/93 (e artigo 75 e incisos I e II da NLCC, 14.133/2021); auxiliar a Seção de Contratação e Seção de Compras; acompanhar o cadastro de empresas declaradas inidôneas ou suspensas pelo Poder Público e a relação de empresas sancionadas pelo TJ; auxiliar na coordenação e na elaboração de projeto básico relacionado à sua área de atribuição; gerir os contratos referentes às atividades sob sua responsabilidade; apresentar relatórios periódicos de todos os serviços executados na Coordenadoria; informar ao superior hierárquico qualquer irregularidade relacionada às Seções.



A **Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos** se divide em:

- **Seção de Compras:** que tem a atribuição de realizar a pesquisa de preço de mercado para as aquisições/contratações e Registro de Preços, com a consequente elaboração de planilha com preços referenciais; a instrução e formalização das contratações diretas, seja por dispensa ou inexigibilidade, inclusive locação/aquisição de imóveis, realizando a devida negociação dos valores, quando necessário, com a juntada de toda a documentação das empresas e dos imóveis, bem como o gerenciamento dos contratos e atas de competência da própria Seção.
- **Seção de Contratação:** que compete à elaboração de editais de licitações e as minutas de contratos, aditivos, Atas de Registro de Preços, Chamamentos Públicos e Convênios (exceto relacionados a pessoal); elaboração e publicação no Diário da Justiça e em Jornal de grande circulação de: avisos de licitação, avisos de homologação, avisos de contratação direta (inexigibilidade e dispensa), avisos de anulação/suspensão de licitações, resumos de Contratos/Atas de RP/Aditivos/Convênios/Rescisões; o lançamento das informações de obras e serviços de engenharia no sistema Geo-Obras*, do TCE-ES; a alimentação do Portal da Transparência com as informações relativas às licitações concluídas, Atas de Registro de Preços, Chamamentos Públicos e celebração de contratos/convênios/instrumentos congêneres; o gerenciamento do procedimento administrativo relacionado às adesões e caronas à Atas de Registro de Preços; elaboração de relatórios bimestrais acerca de todas as licitações e contratações diretas realizadas; Inserção de penalidades às empresas Contratadas no sistema Compras.net, CEIS da AGU e na Intranet; constante atualização das minutas de Editais conforme recomendações recebidas de: Assessoria Jurídica, CNJ, TCU, TCEES, Governo do Estado, Jurisprudências, etc; apoio aos Pregoeiros e à Comissão Permanente de Licitação; eventual auxílio à Seção de Compras em processos de cotação de preço; atuação através de seus servidores como integrante administrativo em procedimentos de contratação da área de TI; além de outras atribuições.

*O sistema Geo-Obras foi recentemente descontinuado pelo TCE-ES.

A **Coordenadoria de Serviços Gerais** possui como atribuições o planejamento, coordenação, controle e supervisão dos projetos e serviços inerentes à área de transporte; a conservação e limpeza das instalações do Poder Judiciário e outros serviços de apoio como mensageria, reprografia, telefonista, chaveiro, carimbos, copa e cozinha, água mineral, visando proporcionar aos servidores, magistrados e jurisdicionados um ambiente adequado, fazendo assim, que seus trabalhos tenham um resultado mais eficaz. Divide-se em:

- Compete à **Seção de Transporte** o controle e supervisão dos projetos inerentes à área; realizar vistorias periódicas em veículos; programar manutenções preventivas; fazer controle diário de veículos e motoristas; gerenciar a distribuição da frota e abastecimento dos veículos, dentre outras.
- À **Seção de Zeladoria**, por sua vez, dentre as atribuições previstas na Resolução nº 075/2011 deste Poder, coordena os serviços de limpeza geral das edificações do Poder Judiciário Estadual, incluindo pátio externo, jardim, estacionamento e outros; coordena os serviços de telefonistas; controla a distribuição de chaves; realiza a coleta do lixo; controla a agenda das salas de sessões; zela pela manutenção das dependências das copas; controla a reposição de água mineral; realiza o controle de utilização de copiadoras, nas Centrais de cópias.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

A **Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial**, composta pela Seção de Material de Consumo e Seção de Patrimônio, tem como missão assegurar o fornecimento de materiais de consumo e permanentes, necessários ao funcionamento das unidades organizacionais do Poder Judiciário do Espírito Santo, oferecendo condições para a prestação jurisdicional, bem como coordenar e supervisionar a gestão de bens móveis (fornecimentos, movimentações, doações e leilões), visando à efetiva organização e controle. Divide-se em:

- **Seção de Material de Consumo:** compete operacionalizar os procedimentos de abastecimento de material de consumo por meio da realização de compra, recebimento, estocagem e distribuição; receber, conferir, cadastrar, armazenar, distribuir e dar baixa no material de consumo; controlar a reposição do estoque; atender as solicitações formuladas via requisição de material online (e-GAP); realizar visita técnica às Comarcas, quando necessário, para desenvolvimento dos trabalhos; gerir as atas de registro de preços dos bens de consumo; desenvolver demais atividades correlatas.
- **Seção de Patrimônio:** compete manter arquivada documentação dos bens imóveis utilizados pelo Poder Judiciário Estadual, emitindo "Termo de Responsabilidade" aos ocupantes de imóvel utilizado pelo Poder Judiciário Estadual; elaborar projeto básico e/ou termo de referência, bem como gerenciar contrato de aquisição e/ou ata de registro de preços de bens permanentes, exceto equipamentos de informática; controlar solicitação de material permanente integrante de ata de registro de preço; realizar visita técnica às Comarcas, quando necessário, para desenvolvimento dos trabalhos; tramitar os processos de doação e acompanhar os processos de leilão de bens móveis comuns e veículos automotores; desenvolver demais atividades correlatas previstas na Resolução nº 75/2011 deste Poder Judiciário.

6.4.1 AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2023

Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial

FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO - VOLUME DE REQUISIÇÕES ATENDIDAS			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2021	QUANTIDADE 2022	QUANTIDADE 2023
Atendimento de requisições de materiais de consumo pelo Almoarifado (e-Gap)	5.107 requisições atendidas	4.867 requisições atendidas	4.487 requisições atendidas

FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES - NOVOS BENS INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2021	QUANTIDADE 2022	QUANTIDADE 2023
Bens permanentes fornecidos	1.103 bens	20.029 bens	6.856 bens

Obs.: houve considerável aumento em 2022 em razão do fornecimento de bens de TI novos (computadores, etc).



VOLUME DE MOVIMENTAÇÕES DE BENS PERMANENTES - FORNECIMENTO DE MATERIAIS NOVOS E USADOS, LOGÍSTICA ENTRE SETORES, INVENTÁRIOS PERIÓDICOS E ATUALIZAÇÃO DE CARGA PATRIMONIAL			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2021	QUANTIDADE 2022	QUANTIDADE 2023
Bens permanentes movimentados	21.034 bens	79.305 bens	221.866 bens

Obs.: houve considerável aumento em 2023 em razão da realização do inventário geral online.

A migração do processo judicial em papel para o processo judicial eletrônico (PJe) está reduzindo o consumo de alguns materiais fornecidos pela CSCP.

Em 2023 foram leiloados diversos bens em desuso e inservíveis, através dos processos abaixo:

- Processo SEI TJES nº 7004143-45.2022.8.08.0000.
- Processo SEI TJES nº 7001162-09.2023.8.08.0000.

GESTÃO DE ATAS E CONTRATOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2021	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2022	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2023
Seção de Material de Consumo	112 atas de RP 1 compra pontual 1 convênio (SEJUS)	98 atas de RP 1 compra pontual 1 convênio (SEJUS)	77 atas de RP 1 contrato de almoxarifados e artífices
Seção de Patrimônio	42 atas de RP 6 compras pontuais 1 contrato de leiloeiro público oficial	50 atas de RP 2 contratos de leiloeiros públicos oficiais	59 atas de RP 2 contratos de leiloeiros públicos oficiais
TOTAL	163 instrumentos contratuais	152 instrumentos contratuais	139 instrumentos contratuais

COMISSÕES ESPECIAIS DE TRABALHO

- Comissão Permanente de Inventário – Ato nº 838/2023 da Presidência, publicado no e-Diário de 22/06/2023. Presidente da Comissão: Gustavo Gonçalves Biazzi;
- Comissão de Avaliação e Alienação de Bens Móveis – Ato nº 435/2018 da Presidência, publicado no e-Diário de 08/10/2018. Presidente da Comissão: Marcos Calasans Silva;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

· Comissão de Recebimento Provisório de Bens Doados pelo CNJ ao TJES – Ato nº 257/2021 da Presidência, publicado no e-Diário de 27/07/2021. Presidente da Comissão: Mauro de Souza Tristão.

NORMAS DO PJES UTILIZADAS NO CONTROLE PATRIMONIAL

NORMA	DATA DA PUBLICAÇÃO: RESUMO DO ASSUNTO
Resolução nº 75/2011	e-Diário de 13/12/2011: novas competências dos setores administrativos do TJES.
Resolução nº 20/2018	e-Diário de 28/06/2018: altera os artigos 61, 69 e 111 (bens imóveis) da Resolução nº 75/2011.
Ato Normativo nº 103/2012	e-Diário de 13/09/2012: metodologia de avaliação e reconhecimento de bens inservíveis no PJES.
Ato Normativo nº 70/2018	e-Diário de 05/04/2018: atividades do inventário e movimentação de bens no Patrimônio Online.
Ato Normativo nº 75/2018	e-Diário de 11/04/2018: validação do termo de responsabilidade eletrônico com login e senha.
Ato Normativo nº 163/2018	e-Diário de 08/10/2018: pedido eletrônico de bens permanentes centralizado no Patrimônio Online.
Ato Normativo nº 205/2018	e-Diário de 07/11/2018: depreciação, amortização e metodologia patrimoniais e contábeis do PJES.
Ato Normativo nº 116/2019	e-Diário de 21/08/2019: assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de bem imóvel.
Ato Normativo nº 102/2020	e-Diário de 21/10/2020: responsabilidade sobre a guarda de bens permanentes em áreas comuns do TJES.
Ato Normativo nº 010/2021	e-Diário de 19/02/2021: assinatura dos termos de responsabilidade pendentes ou bloqueio de pedidos.
Ato Normativo nº 157/2022	e-Diário de 04/10/2022: dispõe sobre o inventário online dos bens móveis permanentes do PJES.
Ato Normativo nº 270/2022	e-Diário de 07/12/2022: altera o artigo 21º do Ato Normativo nº 205/2018 (bens de consumo duráveis).
NP TJES Nº 04.01	disponível na intranet: avaliação e baixa de bens móveis.
NP TJES Nº 04.02	disponível na intranet: elaboração de inventários periódicos.
NP TJES Nº 04.03	disponível na intranet: escrituração, registro e cessão de imóveis utilizados.
NP TJES Nº 04.04	disponível na intranet: pagamento de tributos relativos a imóveis



	utilizados.
NP TJES Nº 04.05	disponível na intranet: controle de materiais de consumo.
NP TJES Nº 04.06	disponível na intranet: rotinas de gestão dos materiais de patrimônio.

OUTRAS AÇÕES

Contratação de Almojarifes e Artífices de Manutenção: contratação de empresa para tarefas executivas sob regime de execução indireta, com mão de obra exclusiva, especializada em prestação de serviços continuados de almojarifes e artífices de manutenção, com fornecimento de equipamentos (ferramental). Contratação finalizada através do processo SEI nº 7006578-89.2022.8.08.0000.

Coordenadoria de Serviços Gerais

FROTA DE VEÍCULOS

A Seção de Transportes contou em 2023 com 81 (oitenta e um) veículos próprios e cedidos, sendo que 04 desses veículos próprios foram leiloados, 03 veículos cedidos pela PMES e 77 (setenta e sete) veículos pertencentes à empresa terceirizada, que foi contratada, sob o regime de locação, para disponibilizar veículos visando aos deslocamentos dos serventuários da Justiça e de seus colaboradores, bem como para o transporte de materiais e equipamentos destinados às diversas unidades do Poder Judiciário.

O SETOR DE LOGÍSTICA DA SEÇÃO DE TRANSPORTES OPERA TODAS AS MOVIMENTAÇÕES DE CARGAS ENTRE AS UNIDADES DO PJES.

Composição:

Motoristas caminhão – 2

Motoristas ônibus – 2

Motoristas vans - 2

Ajudantes de carga – 9

Servidores – 0

Estagiárias – 1

Metodologia operacional:

Rotas pré-definidas para movimentações regulares (recorrentes) com base nas necessidades de entregas do Almojarifado e Patrimônio, maiores movimentadores de cargas da estrutura.

As unidades são divididas em regiões geográficas e as rotas são estabelecidas visando à maximização de ganho, com a redução de quilometragem.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES POR REGIÃO									
REGIÃO 1		REGIÃO 2		REGIÃO 3		REGIÃO 4		REGIÃO 5	
UNIDADE	SIGLA	UNIDADE	SIGLA	UNIDADE	SIGLA	UNIDADE	SIGLA	UNIDADE	SIGLA
VITÓRIA	VIX	FUNDÃO	FUN	IBIRACU	IBR	GUARAPARI	GUA	DOMINGOS MARTINS	DM
VILA VELHA	VV	ARACRUZ	ARA	JOÃO NEIVA	JNV	ALFREDO CHAVES	ACH	MARECHAL FLORIANO	MAL
CARIACICA	CAR	LINHARES	LIN	COLATINA	COL	ICONHA	ICO	CONCEIÇÃO DO CASTELO	CCT
VIANA	VIA	RIO BANANAL	RBN	SÃO DOMINGOS DO NORTE	SDN	ANCHIETA	ANC	IBATIBA	IRA
SERRA	SER	JAGUARE	JGR	AGUIA BRANCA	ABR	PIUMA	PIU	IUNA	IUN
		SÃO MATEUS	SM	BARRA DE SÃO FRANCISCO	BSF	MARATAIZES	MTZ	IBITIRAMA	IBT
		CONCEIÇÃO DA BARRA	CBR	AGUA DOCE DO NORTE	ADN	ITAPEMIRIM	ITP	ALEGRE	ALG
		PEDRO CANÁRIO	PCN	ECOPORANGA	ECO	RIO NOVO DO SUL	RNS	MUNIZ FREIRE	MFR
		MONTANHA	MOH	ALTO RIO NOVO	ARN	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	CIT	GERONIMO MONTEIRO	JMT
		MUCURICI	MUC	MANTENOPOLIS	MTN	VARGEM ALTA	VGA	GUACUI	GO
		PINHEIROS	PIN	PANCAS	PAN	CASTELO	CST	DONES DO RIO PRETO	DRP
		BÓIA ESPERANÇA	BDA	BAIXO GUANDU	BGD	VENDA NOVA DO INGRANTE	VNI	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	SJC
		NOVA VENEZIA	NVC	ITAGUAÇU	ITG	AFONSO CLAUDIO	AFC	BOM JESUS DO NORTE	BJN
		SÃO GABRIEL DA PALHA	SGP	ITARANA	ITR	LARANJA DA TERRA	LDT	APIACA	APC
		MARILÂNDIA	MLR	SANTA TERESA	STR	SANTA MARIA DE JETIBA	SMJ	MIMOSO DO SUL	MDS
						SANTA LEOPOLDINA	SLP	MUQUI	MQI
								ATELIO VIVACQUA	AVQ
								PRESIDENTE KENNEDY	PRN

Com rotas definidas, a Logística implementou um calendário de atendimento ao longo do ano, o que permite melhor organização para as unidades, além da consolidação de cargas, ou seja, um mesmo veículo entrega e recolhe bens de setores diversos (STI, CSCP, CSG, SECRENGE etc.) em sistema milk run. Dessa forma, a Logística consegue ordenar a melhor alocação de recursos.

As movimentações da Logística não estão limitadas apenas à interunidades, responde também pelas movimentações internas e atípicas (entre locações das unidades e dentro das mesmas)

Movimentações Regulares em 2023

Almoxarifado e Patrimônio:

Regiões (bens de consumo - Comarcas do Interior):

64 pontos de entrega atendidos em 10 ciclos

Grande Vitória (bens de consumo)

22 pontos de entrega atendidos 43 ciclos

Eficiência (solicitações x entregas) 100%

Movimentação para digitalização de processos:

No final de 2023, o TJES ultrapassou a casa dos 80.000 processos digitalizados. Quase 400.000 volumes. Mais de um milhão de mídias. E aproximadamente 85 milhões de páginas. A nossa logística está tendo um papel fundamental no processo de digitalização do PJES, uma vez que é a responsável pelo transporte dos processos físicos, das unidades judiciárias do PJES, para a central de digitalização, e vice-versa.

Mudanças de Fóruns, Setores e Arquivos:

Edifício Greenwich Tower

Em 2023, após a aquisição do Ed. Greenwich Tower, a logística realizou a movimentação de diversos setores que se mudaram para o prédio novo: Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária, Secretaria de Infraestrutura, Central de Digitalização e cartórios das varas da Fazenda Pública de Vitória/ES



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

Movimentações internas nas comarcas de:

Serra, Guarapari, Cariacica, Vila Velha e Vitória.

TJES:

Movimentações em gabinetes.

Mudanças de diversos Gabinetes, em virtude de aposentadorias e reformas.

Movimentações internas de setores.

Outras demandas pontuais:

Atendimentos relativos à mudanças de Arquivos, quando solicitadas pela Coordenadoria de Gestão da Informação Documentação;

Atendimentos com o ônibus Lei Maria da Penha nas comarcas da Grande Vitória e interior, atendimentos com o ônibus Juizado Itinerante em mutirões de diversas comarcas.

MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA EM 2023

CONTRATOS	POSTOS DE TRABALHO CONTRATADOS
Motoristas, Ajudantes e Controladores de Tráfego	116
Limpeza em todo Poder Judiciário	218
Copeiragem	67
Telefonistas	17

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Quantidade de recursos humanos limitada, para atuarem nas mais diversas atividades afetas a esta Coordenadoria, impossibilitando o avanço na execução das metas estipuladas;
- Excesso de procedimentos nos trâmites das normas de procedimentos, provocando, por consequência, a preclusão temporal e a impossibilidade de praticar os atos necessários à conclusão das contratações.
- Falta de especialização e cursos voltados para a área de contratações de serviços terceirizados.

OUTRAS AÇÕES IMPLEMENTADAS

- Nova contratação dos CORREIOS para a mensageria, alinhada com a realidade do TJES, resultando numa redução significativa do valor da contratação, mas mantendo a mesma qualidade e eficiência dos serviços. O valor antes da revisão levou em consideração a estimativa de reajuste prevista. Foi calculado o mesmo percentual de reajuste de 2022, que foi de 10,40%, sobre o valor mensal do contrato, que é R\$ 616.790,67. O valor negociado caiu para R\$ 555.829,70 mensais.
- O PJES vem adotando há vários anos o modelo de serviço de gerenciamento de sistema informatizado e integrado para abastecimento de Combustíveis, Borracharia e Lavagem de



veículos e de Manutenção de seus veículos oficiais, através do cartão magnético ou micro processado, em suas contratações anteriores gerando, entre os fatores já mencionados, maior celeridade, fiscalização, controle dos gastos, eficiência e economia pra Administração Pública. A experiência com o respectivo modelo de contratação vem atendendo satisfatoriamente, sem ocorrências relevantes que comprometam sua execução. Até outubro/2023, vigoravam dois contratos de gerenciamento, sendo um para manutenção apenas dos veículos próprios e cedidos e outro para abastecimento de combustíveis, lavagem e borracharia de todos os veículos da frota, conforme tabela abaixo. Contudo, no final de 2023 foi realizada a centralização desse tipo de serviço, com a entrada em vigor de um contrato que abrange os dois serviços de gerenciamento, reduzindo as distorções hoje existentes, além de proporcionar um controle mais eficiente, uniforme e completo, permitindo respostas rápidas às demandas existentes. A contratação unificada visa alcançar, por meio de controle eletrônico, o necessário controle de gastos públicos, respeitando todos os princípios constitucionais e morais que regem a administração pública, e obtendo o controle padronizado da frota de veículos oficiais do PJES. O módulo de gerenciamento de manutenção já está sendo executado e o de combustível começará a ser executado em julho/2024.

- A nova contratação de locação de veículos, vigente desde 11/01/2023, com foco também no transporte de cargas, prevendo o quantitativo de 3 vans de carga, o que gerou melhores soluções de logística para em 2023;
- Em 2023, foi dada a ordem de serviço para um novo caminhão, com previsão de entrega em março/2024. A aquisição visa melhorar o transporte de cargas do TJES, principalmente o transporte relativo à digitalização de processos;
- Em 2023, também houve a renovação parcial da frota de veículos para desembargadores, com a aquisição de 16 veículos novos;
- Emissão de comunicados mensais, por meio de processos no SEI, às Comarcas visando à orientação e sensibilização do correto uso dos Serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos

Primeiramente, cabe destacar que o ano de 2023 foi um grande marco no que se refere à legislação que abrange as licitações/contratações públicas, ano em que vigoraram 02 (duas) leis concomitantemente. Dessa forma, a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos atuou em processos que tramitavam pela antiga Lei, nº 8.666/93, bem como em processos que tramitaram pela Nova Lei de Licitações e Contratos, nº 14.133/2021.

No ano de 2023, as atividades realizadas pela **Seção de Compras** de pesquisa de preços de mercado para fins licitatórios, análises de vantajosidade e procedimentos pertinentes para contratação direta, sejam por dispensa ou inexigibilidade de licitação, negociações de locação de imóveis, totalizaram 270 (duzentos e setenta) processos/ expedientes.

A unidade, em razão de ser o primeiro contato direto com o mercado (futuros e pretensos contratados), consegue detectar como o mercado está trabalhando com determinado objeto e, conseqüentemente, orientar e sugerir à unidade demandante melhores formas de contratação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Vale ressaltar que a Seção de Compras é constantemente demandada no sentido de apoio e orientação para planejamento de contratação de diversas unidades administrativas.

Acrescente-se ainda que a aludida unidade também, sempre que solicitada, auxilia a Seção de Contratação e a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos, bem como dá o suporte necessário na pesquisa, estudos e elaboração das Normas de Procedimentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

A seguir, tabela correspondente que demonstra o fluxo de processos e expedientes concluídos na **Seção de Compras** durante o exercício referido:

NORMA	ASSUNTO	QUANTIDADE E
NP nº 01.01	Licitação	108
NP nº 01.02	Dispensa e inexigibilidade de licitação (exceto incisos I, II e IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e correspondentes da NLLC, nº 14.133/2021))	13
NP nº 01.03	Dispensa de licitação (incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	1
NP nº 01.04	Contratação por registro de preços (execução da ARP)	53
NP nº 01.05	Contratação emergencial (inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	1
NP nº 01.06	Aditivo contratual/Apostilamento	26
NP nº 10.01	Curso Capacitação (Part. de Servidores em Eventos de Capacitação)	03
TOTAL DE PROCESSOS/EXPEDIENTES:		205

Ainda tramitaram na Seção de Compras, para cotação de preços, processos referentes a ressarcimento de valores a empresas detentoras de contratos de manutenção com reposição de peças. Para estes processos, aplica-se, normalmente, a NP 01.01, por analogia.

Notas:

2. No PJ/ES, as Normas de Procedimentos aplicáveis aos trabalhos da Secretaria de Infraestrutura estão reunidas em **Sistema de Compras, Licitações, Contratos, Convênios (exceto de pessoal) e instrumentos congêneres, disponíveis na intranet (<http://www.tjes.jus.br/publicacoes/normas-de-procedimentos-intranet/>)**;
3. A pesquisa de preços de mercado é realizada em conformidade com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-73-de-5-de-agosto-de-2020-270711836>), alinhada com entendimento do TCU (Acórdão 2816/2014 e Acórdão 555/2005), bem como instrução normativa 65/2022 de 07 de julho de 2021. (<https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/legislacao-geral/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-65-de-7-de-julho-de-2021>).
4. O preço estimado, a metodologia utilizada pela Seção para elaboração da Planilha de Preço Referencial (NP 01) com resultados da pesquisa de preços de mercado é a Estatística Descritiva com utilização da distribuição normal da probabilidade para a determinação do campo de arbítrio. O indicador estatístico empregado na validação do *preço referencial* é o *Coefficiente de Variação (CV)*, que exprime a dispersão dos preços utilizados no cálculo, em relação ao seu valor médio. A literatura estatística sugere um CV de até 25%. Assim, se $CV \leq 25\%$ o preço referencial será a *média*. Se $CV > 25\%$, o preço de referência será a *mediana* dos valores apresentados. Assim, alguns itens podem ter seus preços referenciais calculados pela *média* e outros pela *mediana*.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

5. As dispensas decorrentes de contratação de cursos/instrutores processadas pela NP 10.01 NP e 09.01 estão contabilizadas na NP 01.02. As contratações processadas pela 09.01 estão contabilizadas na NP 01.01.
6. Outras contratações diretas tramitam pela Coordenadoria, sendo processos oriundos da Escola da Magistratura. Todavia, são instruídos com a tabela de preço referencial da ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados). Dessa forma, a Coordenadora avoca tais processos e os analisa, a fim de evitar mais sobrecarga para a Seção de Compras. No ano de 2023, tramitaram **77 (setenta e sete) processos de contratação de palestrantes**.

Ademais, importante ressaltar que todos os procedimentos realizados pela Seção de Compras são analisados e validados pela Coordenadoria de Compras Licitação e Contratos.

No ano de 2023, a **Seção de Contratação** realizou diversas atividades relacionadas às suas atribuições, tais como, elaboração de minutas de editais, contratos, convênios, termos aditivos, entre outros.

Em 2023 o PJES realizou **02 (dois) Leilões** de alienação de bens móveis, tendo a Seção de Contratação atuado na elaboração do Contrato do Leiloeiro bem como do Edital de Leilão e demais atos de apoio à CPL e publicação nos meios competentes.

Em 2023, a Seção de Contratação realizou diversos estudos visando a adequação dos editais e dos procedimentos licitatórios à nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.

A Seção também elaborou Formulário específico para a instrução dos processos de Convênios/Acordos de Cooperação Técnica a ser preenchido pelos Setores demandantes, de forma a agilizar e melhor instruir o procedimento.

Vale ressaltar que a Seção de Contratação também é constantemente demandada no sentido de apoio e orientação para a realização de contratações de diversas unidades administrativas.

Acrescente-se ainda que aludida unidade também realiza estudos e atualização das Normas de Procedimentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Ademais, uma grande demanda da Coordenadoria no ano de 2023 foi a alimentação do Sistema CidadES - Contratação, para atendimento às exigências do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. As atividades desenvolvidas foram:

- Conferência dos dados e verificação de inconsistências para posterior consolidação do arquivo XML para envio ao TCE, com tratamento e envio dos erros ao Secretário de Infraestrutura para posterior cobrança das áreas responsáveis;
- Apoio aos usuários no uso do sistema;
- Acompanhamento direto e diário com a STI, através de Google Chat, Google Spaces, Google Meet, WhatsApp, telefone e outros;
- Acompanhamento constante junto ao site do TCE sobre novas INs, mudanças, implementações e outros;
- Reuniões com gestores de contratos, pregoeiros, CPL e outros;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Apoio na interpretação da IN e do Diagrama de Entidade e Relacionamento (DER);
- Análise de novas IN quanto às mudanças e impactos no BD, telas, regras de negócio, etc, que já estão desenvolvidos;
- Apoio na priorização das atividades (BackLog do produto);
- Teste das telas do sistema, verificando usabilidade, funcionalidade, regras de negócios e demais informações definidas pelo TCE;
- Acompanhamento de testes com o Time de Negócio.

Atividades incorporadas ao trabalho da Seção de Contratação com a implantação do Sistema Cidades - Contratação:

- Verificação dos dados lançados no Sistema Cidades e devolução do processo para a área demandante em caso de erro;
- Inclusão de Minuta e publicação do edital;
- Inclusão de Proposta ratificada;
- Inclusão de Matriz de responsabilidade;
- Inclusão de Situação do lote.

Atividades incorporadas ao trabalho dos Pregoeiros com a implantação do Sistema Cidades - Contratação:

- Inclusão de Licitantes participantes do pregão;
- Inclusão de Licitantes impedidos (inabilitados e desclassificados) do pregão;
- Inclusão das propostas (lotes) de cada participantes do pregão;
- Inclusão da proposta (itens) de cada lote do participante vencedor do pregão;
- Inclusão do resultado do Pregão;
- Inclusão da Comissão de licitação;
- Inclusão de Cronograma da proposta vencedora do pregão, em caso de obras e serviços de engenharia;
- Inclusão de Ocorrência, caso o pregão tenha algum evento extraordinário (impugnação ao edital, recurso administrativo, medida judicial, etc);
- Inclusão de Matriz de responsabilidade;
- Inclusão de Situação do lote.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

A seguir, tabelas e gráficos correspondentes que demonstram o fluxo de processos e expedientes concluídos na Seção de Contratação durante o exercício referido:

ELABORAÇÃO DE MINUTAS	
Editais	119
Contratos	79
Aditivos	97
Chamamentos Públicos	07
Atas de Registro de Preços	99
Convênios	20
TOTAL:	421

AVISOS/RESUMOS PUBLICADOS	
Editais (licitações / Chamamentos Públicos)	107
Contratações Diretas	112
Atas de RP	99
Aditivos	101
Contratos	74
Convênios	28
Total:	521

LICITAÇÕES REALIZADAS			
MODALIDADE		QUANTIDADE	NORMA DE PROCEDIMENTO
Pregão	Na forma Eletrônica	99	01.01
	Na forma Presencial	00	01.01
Tomada de Preços		07	01.01
Concorrência		00	01.01

Notas:

1. As licitações na modalidade “Tomada de Preços” foram realizadas pela Comissão Permanente de Licitação, a qual é diretamente vinculada à Presidência;



2. Para a modalidade de pregão eletrônico é utilizado o portal de Compras Governamentais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – www.gov.br/compras/pt-br/.

PENALIDADES APLICADAS	
TIPO DE PENALIDADE	QUANTIDADE DE EMPRESAS PENALIZADAS
Advertência	00
Multa	51
Suspensão temporária	02
Impedimento	02

OUTRAS ATIVIDADES

- Metodologia de distribuição justa e equânime de processo entre os servidores da Seção, com o objetivo de imprimir maior celeridade no desenvolvimento às atividades realizadas pela referida unidade;
- Padronização das minutas dos editais, com sua disponibilização na intranet, visando à agilidade na instrução dos processos de forma a dar maior eficiência e efetividade nas tarefas internas;
- Atualização das Normas de Procedimento, do **Sistema de compras, licitações, contratos, convênios (exceto de pessoal) e instrumentos congêneres**, em conjunto com a Secretaria de Controle Interno e a Coordenadoria de Execução Orçamentária, para adequação ao sistema SEI e otimização dos procedimentos;

6.4.2 AÇÕES A SEREM REALIZADAS

Realização de treinamento visando a constante atualização dos servidores na **Nova Lei Federal de Licitações e Contratos, nº 14.133/2021 e seus possíveis desdobramentos**;

Além disso, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, e com vistas a atender às exigências do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos almeja a implantação de Sistema de Gestão Centralizada dos Procedimentos Licitatórios, de Registro de Preços, do Cadastro de Fornecedores, do Catálogo de Materiais, das Compras Diretas e do Controle de Penalidades aplicadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, com os seguintes objetivos:

- Permitir consulta ao processo de compra informando em que fase do processo licitatório ela se encontra;
- Registrar os processos licitatórios, identificando: número do processo, objeto, a modalidade de licitação e datas do processo;
- Possuir meios de acompanhamento de todo o processo de Licitação, registrando a Habilitação, Proposta Comercial e emitindo Mapa Comparativo de Preços;
- Permitir consulta ao preço praticado nas licitações, por fornecedor, produto/serviço ou número do processo;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Disponibilizar gráficos de compras por modalidades de licitações e materiais adquiridos e consumidos por período;
- Conter classificação/definição das melhores propostas;
- Conter possibilidade de emissão de relatórios de indicadores de trabalhos resolvidos.

6.5 SECRETARIA JUDICIÁRIA

A Secretaria Judiciária foi criada por meio da Lei Complementar nº 566/2010 – Lei de Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Referida norma subordinou diretamente à Secretaria Judiciária, Coordenadorias com as respectivas Seções e outras Seções autônomas, conforme se demonstra abaixo:

Organograma:



À Secretaria Judiciária compete dirigir e coordenar os procedimentos relativos à protocolização, informação e distribuição de processos e expedientes, tramitação e sessões de julgamento, além de coordenar, orientar e uniformizar a execução dos serviços administrativo-judiciários dos órgãos subordinados, dentre outras atribuições descritas no art. 49 da Resolução nº 075/2011.



SECRETARIA JUDICIÁRIA

Conta, atualmente, com 02 servidores em suas instalações: a Secretária Judiciária e uma Analista Judiciária – Especialidade Administração; além de 01 (um) estagiário de pós-graduação.

- 1- Gestão dos processos administrativos referentes ao **Vale-Cidadão**, sendo repassados, no exercício de 2023, créditos no valor aproximado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às unidades judiciárias solicitantes, equivalentes a mais de 11.000 (onze mil) tarifas de ônibus.
- 2- Por determinação da Secretaria Geral, em julho de 2022, passou a gerir os processos administrativos referentes ao pagamento dos **vales aos reeducandos** advindos do sistema prisional que prestam serviços nos núcleos de digitalização localizados nos Fóruns de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, totalizando R\$ 29.857,50 (vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) de créditos repassados, o equivalente a 6.635 tarifas de ônibus
- 3- Gestão dos processos administrativos de pagamento de **intérpretes, perícias**, diversas de médicas (para as quais há convênio com o Estado do Espírito Santo), e **traduções/versões** em processos com assistência judiciária gratuita deferida, na forma do Parecer da Presidência desta Corte de Justiça, da Ordem de Serviço nº 004/2016 e do Ato Normativo Conjunto nº 008/2021. No ano de 2023, 255 (duzentos e cinquenta e cinco) processos dessa natureza passaram pela Secretaria Judiciária, movimentando aproximadamente R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em empenhos de honorários. Neste ponto, importante destacar que estamos no aguardo do desenvolvimento e implantação pela STI do cadastro digital único de peritos e tradutores a ser utilizado por todo o Poder Judiciário, demanda esta que, inclusive, foi pauta de relatório de auditoria do CNJ, resultando como recomendação/determinação de providência.
- 4- Recebeu e encaminhou para o órgão julgador competente deste Egrégio Tribunal de Justiça **decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal**, relativas a recursos interpostos;
- 5- Coordenou projetos de interesse conjunto das unidades judiciárias deste Tribunal de Justiça, bem como auxiliou a Secretaria de Tecnologia de Informação e o CGTIC no desenvolvimento e melhoria de sistemas informatizados referentes à atividade-fim deste Tribunal de Justiça. Em 2023, auxiliou na expansão do PJE em primeiro e segundo grau, seja efetuando testes de sistema ou análise de fluxos e, ainda, juntamente com as Coordenadorias Vinculadas – CGID e CPRD, atuou no processo de virtualização do acervo judicial físico do Poder Judiciário Estadual que vem ocorrendo por força da Resolução nº 420/2021 do Conselho Nacional de Justiça, dentre outras atividades.
- 6- Trabalhou na atualização dos Manuais dos Usuários Internos e Externos, e, com o apoio da EMES, deu continuidade aos treinamentos para capacitação de servidores do PJES, sobre a virtualização processual; agindo ainda como setor de apoio e consulta ao primeiro e segundo grau na resolução de dúvidas acerca da virtualização.



- 7- Por força do Ato nº 04/2016, organizou e publicou a escala de plantão dos Desembargadores e das Secretarias dos Órgãos Julgadores de Segundo Grau.

6.5.1 COORDENADORIA DE PROTOCOLO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO.

Esta Coordenadoria possui 02 (duas) unidades diretamente ligadas: a Seção de Protocolo e a de Distribuição de Processos propriamente dita.

a) SEÇÃO DE PROTOCOLO

À Seção de Protocolo compete a protocolização de todos os documentos físicos que tramitam nesta Corte, com a devida inclusão de classe e assunto, em conformidade com as tabelas processuais unificadas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como a vinculação de guias de custas, quando existentes, e o seu respectivo encaminhamento à Unidade destinatária. Além disso, em situações excepcionais legalmente previstas, efetua também o protocolo de petições eletrônicas junto ao Pje.

Responsável pelo PROTOCOLO EXPRESSO, consoante Ato Normativo nº 112/2020, que funciona de segunda a sexta-feira, quando houver expediente forense, das 13 às 17 horas.

Conforme dados extraídos do sistema de gerenciamento de processos de segunda instância, foram **protocolizados**, em 2023, no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo o total de **17.027 documentos**.

NÚMERO TOTAL DE DOCUMENTOS PROTOCOLIZADOS			
2020	2021	2022	2023
46.453 ¹	55.735	35.730	17.027

Verifica-se impacto positivo no trabalho da Seção de Protocolo com a continuidade dos processos administrativos eletrônicos que tramitam pelo sistema **SEI** e com a expansão do sistema **PJe Tribunal de Justiça**.

b) DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

A Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição permanece com a distribuição de processos físicos referentes a classes específicas ainda não implementadas no sistema Pje2G – Tribunal de Justiça; com a redistribuição de autos físicos já em trâmite antes da virtualização, principalmente decorrente da posse de novos Desembargadores deste Tribunal ou remoção.

¹ Observa-se um descompasso numérico no ano de 2020 na linha de progressão contínua de redução dos documentos protocolizados, o que se explica diante da suspensão do atendimento presencial neste ano decorrente da pandemia mundial do COVID-19.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

A distribuição é realizada pelos servidores da CPRD por meio de sistemas informatizados, desenvolvidos ou mantidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

Hoje, o sistema de maior alcance na distribuição de processos novos junto ao Tribunal de Justiça passou a ser o PJe-2G, restando apenas classes residuais que ainda precisam ser interpostas fisicamente no sistema de Segunda Instância e os processos interpostos durante os PLANTÕES JUDICIÁRIOS. Em virtude de tal mudança, toda logística de atuação da Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição foi modificada.

No ano de 2023 (até 14/12/2023), 1.303 (mil, trezentos e três) distribuições/redistribuições de processos foram realizadas junto ao Sistema de Gerenciamento de Processos de Segunda Instância, além das situações de retificações de registros e cancelamento de distribuição que, por ausência de ferramentas de gestão nos sistemas informatizados, não são possíveis de serem aferidos por meio de relatórios.

No mesmo período, 36.136 (trinta e seis mil, cento e trinta e seis) processos foram distribuídos, virtualizados e redistribuídos em segundo grau no sistema PJe2G.

Dessa forma, no ano de 2023, a Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição atuou diretamente em 37.439 (trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e nove) processos distribuídos/redistribuídos em segundo grau, o que representa um acréscimo de mais de 3.000 processos em comparação ao exercício de 2022 (34.159 processos distribuídos).

	DISTRIBUIÇÕES			
	(dados extraídos do sistema de segunda Instância e PJe-Tribunal)			
	2020	2021	2022	2023
Físicos	20.334	28.147	4.896	1.303
Eletrônicos	4.796	8.066	29.263	36.136
TOTAL	25.130	36.213	34.159	37.439

6.5.2 COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA

A Coordenadoria de Taquigrafia é o setor responsável por taquigrafar todas as sessões de julgamento e audiências em segundo grau de jurisdição.



A unidade encontra-se com o número de servidores deficitário para atender às sessões, não havendo revisão dos trabalhos, comprometendo a qualidade do serviço apresentado, principalmente no tocante ao cumprimento de prazos, sendo esta a grande dificuldade enfrentada pelo Setor.

As funções gratificadas de Revisão foram suspensas em 2015 e permanecem dessa forma até os dias de hoje, assim, as notas taquigráficas são finalizadas apenas com a revisão da própria taquígrafa que as colheu.

Destaca-se que a implantação do PJE-2G, trouxe maior celeridade às tarefas da taquigrafia. No tocante aos processos físicos, em 2023, a Coordenadoria de executou tarefas em 2.326 processos físicos, com lançamentos no sistema de segunda instância; 1.083 notas taquigráficas no Pje; 27 Audiências de Processos Administrativos, além dos registros taquigráficos de Partes Administrativos em todas as sessões.

a) SEÇÃO DE PLANTÃO E MANDADOS

A Seção de Plantão e Mandados do TJES atua diretamente no cumprimento de diligências e mandados, além das participações dos oficiais de justiça nas Sessões de julgamento e audiências deste egrégio Tribunal de justiça.

No ano de 2023, 1656 (mil, seiscentos e cinquenta e seis) mandados foram distribuídos, 2478 (duas mil, quatrocentos e setenta e oito) diligências foram realizadas pelos Oficiais de Justiça em Segundo Grau, além das 361 (trezentos e sessenta e uma) sessões de julgamento realizadas e 34 (trinta e quatro) audiências relativas a Processos Administrativos em que atuaram.

b) SEÇÃO DE CONTADORIA JUDICIAL

A Seção é responsável pelos cálculos das custas judiciais e despesas postais de processos de competência originária deste Tribunal de Justiça, consoante Resolução nº 71/2015.

Realiza atendimento de partes, na maioria das vezes sanando dúvidas acerca do recolhimento de custas processuais, atualização de guias de custas e quanto às restrições por dívida ativa da SEFAZ.

No exercício de 2023 (até 13/12/2023), houve um expressivo aumento dos processos que foram analisados pela Seção de Contadoria, registrando aproximadamente 12.000 (doze mil) processos que passaram por aquele Setor, sendo calculadas custas no montante de R\$ R\$ 623.362,20 (seiscentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta e dois reais e vinte centavos), conforme tabela a seguir:



SEÇÃO DE CONTADORIA JUDICIARIA				
	2020	2021	2022	2023
Número de Processos que passaram pelo setor	3.570	6.854	6.145	11.933
Valor das Custas Calculadas	R\$ 292.343,50	R\$ 606.543,24	R\$ 487.332,80	R\$ 623.362,20

6.5.3 COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL

A Coordenadoria de Gestão da Informação Documental possui em sua estrutura a Seção de Edição e Publicação (Diário da Justiça e Gráfica), a Seção de Arquivo (englobando todos os arquivos do Estado) e a Seção de Biblioteca, além ser o responsável pelo Centro de Memória e o Espaço Cultural do TJES.

A digitalização é um dos grandes desafios impostos nos últimos tempos ao Poder Judiciário Estadual e merece destaque nas atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Gestão da Informação Documental.

Por força da Resolução CNJ 420/2021 todo o acervo processual físico do PJES (850.000 processos) deve ser convertido em digital até 2025.

A gestão da digitalização dos Processos foi delegada à CGID em conjunto com a Secretaria Judiciária, ficando a Coordenação do Núcleo de Digitalização junto ao TJES com a Coordenadoria de Gestão da Informação Documental.

Ao Núcleo de Digitalização do TJES compete digitalizar os processos oriundos de Primeiro Grau em grau de recurso que chegam a este TJES para regular tramitação, bem como processos que tramitam em primeiro grau em situações excepcionais.

A digitalização no Núcleo TJ, iniciou-se em 13/12/2021 e permanece até os dias atuais, englobando: recebimento dos processos, preparação/limpeza, a digitalização, OCR, otimização e divisão e por fim a montagem e devolução do processo físico. Durante todo o ano de 2023 foram realizados mutirões aos sábados e feriados por este Núcleo, resultando em quase 20.000 processos digitalizados somente nestas oportunidades.

Em julho de 2023, novo contrato foi firmado com a CETEFE aumentando o número de postos de trabalho que antes era de 109 para 300, ocupados exclusivamente por pessoas com deficiência. A associação ocupa o terceiro andar do prédio da Corregedoria e um dos andares do Edifício Greenwich.

A EMES continuou realizando o curso Justiça Digital: Google Workspace e Pje em 2023, no qual constava modulo sobre digitalização de processos ministrado pelo Coordenador de Gestão da Informação Documental.

Encerramos o ano de 2023 com 185.137 processos digitalizados pela CETEFE (deste número 2412 eram inquéritos policiais advindos de Delegacias de Polícia) e 40.106 pelo Núcleo de Digitalização - TJES,



totalizando 225.243 processos digitalizados.

6.6 SECRETARIA DE ENGENHARIA, GESTÃO PREDIAL E MAN. DE EQUIPAMENTOS.

A essa Secretaria compete planejar, pesquisar, analisar, fiscalizar, vistoriar e organizar os serviços de obras, reformas e manutenções de edificações e de equipamentos, bem como demais atribuições previstas no art. 59, da Resolução nº. 75/2011.

Esta Secretaria é composta por 3 (três) Coordenadorias, descritas a seguir:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos	Coordenadoria de Projetos	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Análise e Composição de Custos;• Seção de Desenvolvimento de Projetos.
	Coordenadoria de Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos	
	Coordenadoria de Fiscalização de obras	

6.6.1 – AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2023

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Revitalização dos gabinetes do Desº Raimundo Siqueira Ribeiro, Desº Fabio Clem de Oliveira, Desº Carlos Simões Fonseca, Desº Dair José Bregunçe de Oliveira, Desº Desº Wallace Pandolpho Kiffer.	Substituição de forro, piso e divisórias nos gabinetes.
Execução de modernização dos 3 elevadores do prédio do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.	Modernização dos elevadores do Tribunal de Justiça.
Manutenção de extintores de incêndio nos prédios do PJES.	Manter extintores com validade para garantir a segurança do imóvel contra incêndios.
Execução de modernização dos 6 elevadores do prédio do Fórum Criminal e Fórum Cível de Vitória – parceria com o Governo do Estado.	Modernização dos elevadores do Fórum de Vitória.
Pintura da fachada do Fórum de Vila Velha.	Manutenção do imóvel.
Reforma da cobertura em policarbonato no Fórum de Cachoeiro de Itapemirim.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Obra de acessibilidade no galpão do almoxarifado e estacionamento do setor de Transportes.	Atender exigências da PMV para regularização do imóvel.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Instalação de aparelhos de ar-condicionado para desativar o sistema de climatização central no prédio do TJ.	Desligamento do sistema de climatização central do TJES que está com equipamentos em final de vida útil.
Substituição de vidros quebrados no Fórum de Vila Velha – Boa Vista e na Corregedoria.	Substituição de vidros quebrados.
Realização serviços para adequação das instalações de gás e teste de estanqueidade na tubulação de gás no prédio da Corregedoria.	Obtenção de alvará do Corpo de Bombeiros.
Execução de novos ralos para drenagem de água pluvial da cobertura do TJES.	Eliminar o empoçamento de água em diversas regiões da cobertura para evitar o desgaste precoce da impermeabilização.
Mudança de layout da Presidência	Adequação do layout atual incluindo a substituição de piso, forro e divisórias.
Obra para construção da Sala de Depoimento Especial do Fórum de Linhares.	Atendimento da demanda de necessidade de criação de sala especializada para depoimento especial na Comarca.
Contratação de empresa para instalação de sistema de Microgeração de Energia Elétrica a partir da fonte primária solar (ON GRID), para instalação em unidades do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.	Instalação de placas fotovoltaicas para a geração de energia em diversas Comarcas no Estado.
Adequação do 4º pavimento do Ed. Greenwich.	Criação de andar para o uso da equipe do contrato de digitalização de processos.
Adequação do 7º pavimento do Ed. Greenwich.	Adequação do andar para a instalação da Secretaria de Tecnologia da Informação, que ficava em imóvel alugado, proporcionando a devolução de uma locação e economia para o PJES.
Adequação do 8º pavimento do Ed. Greenwich.	Adequação para a instalação da Secretaria de Finanças e Secretaria de Infraestrutura.
Adequação do 11º pavimento do Ed. Greenwich.	Adequação para a instalação das Secretarias unificadas das Varas de Fazenda e Execuções Fiscais (que ficam em imóvel locado).

6.6.2 – AÇÕES EM ANDAMENTO

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Revitalização dos gabinetes do Desº Samuel Meira Brasil Junior, Desº Fernando Estevam Brauin Ray, Desº Raphael Americano Câmara.	Substituição de forro, piso e divisórias nos gabinetes.
Execução de projetos para reforço do piso no subsolo do Tribunal de Justiça.	Executar o reforço do piso do subsolo do prédio do Tribunal de Justiça para abrigar áreas administrativas, visto que o projeto inicial prevê apenas garagem.
Execução de projetos para drenagem da área externa da garagem, para instalação de SPDA (Sistema contra descargas Atmosféricas), projeto estrutural para rampa a ser construída e projetos de reforma interna para promover a acessibilidade na entrada e no interior do Tribunal	Obter projetos e orçamento que subsidiem a contratação da obra de reforma da sede do TJES, visando adequar as instalações do prédio aos itens requeridos pela Prefeitura de Vitória e Corpo de Bombeiros durante sua aprovação nos dois órgãos licenciadores.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

de Justiça.	
Execução de projetos para reforma do Fórum de Vitória.	Obter projetos e orçamento que subsidiem a contratação da obra de reforma dos prédios do Fórum Cível e Criminal de Vitória e Ed. das Fundações.
Execução do projeto de Reforço Estrutural do Fórum de Baixo Guandu.	Resolver problema de fundação.
Reforma da cobertura dos fossos do TJES.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Reparo na escada metálica do Fórum de Cariacica.	Recuperação da estrutura metálica da escada que se encontra em estado avançado de corrosão.
Manutenção preventiva e corretiva de portões automatizados em diversas edificações do Estado.	Manutenção continuada preventiva e corretiva de portões automatizados.
Contratação de empresa para promover a instalação dos aparelhos para a climatização da Central Multidisciplinar de Vila Velha e do Salão Peno do TJES.	Fórum de Vila Velha – Promover a climatização das salas. Pleno – uma das estratégias para desativação do ar central do TJES.
Instalação de sistema de Microgeração de Energia Elétrica a partir da fonte primária solar (ON GRID), para instalação em unidades do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.	Instalação de placas fotovoltaicas para a geração de energia em diversas Comarcas no Estado.
Contratação de empresa para serviços técnicos de engenharia e manutenção, de médio e grande porte, continuado, nas instalações sob a administração do Poder Judiciário.	Manutenção de médio e grande porte das edificações desafogando o contrato atual que foi elaborado para pequenas manutenções.
Obra de construção do Fórum de Alegre.	Construção do novo Fórum.
Adequação de 2 salas de sessão no térreo	Substituição de forro, piso e divisórias, com a implantação de 2 banheiros para uso exclusivo dos Desembargadores.
Adequação do 11º pavimento do Ed. Greenwich.	Adequação para a instalação da Central Multidisciplinar do Fórum de Vitória (que ficam em imóvel locado).
Adequação do 9º pavimento do Ed. Greenwich.	Adequação do andar para a instalação da Secretaria de Engenharia que fica em imóvel alugado, proporcionando futuramente a devolução de uma locação e economia para o PJES, além da instalação da Secretaria de Controle Interno e Sala de Treinamento.
Execução de serviços técnicos de engenharia e manutenção, de médio e grande porte, continuado, nas instalações sob a administração do Poder Judiciário.	Manutenção de médio e grande porte das edificações desafogando o contrato atual que foi elaborado para pequenas manutenções.

6.6.3 – AÇÕES A SEREM REALIZADAS

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Revitalização dos seguintes gabinetes de Desembargadores: Desº José Paulo Calmon No-	Substituição de piso, forro e divisórias no gabinete.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

gueira da Gama, Des ^o Namy Carlos de Souza Filho, Des ^o Telêmaco Antunes de Abreu Filho, Des ^o Willian Silva, Des ^a Eliana Junqueira Munhos Ferreira, Des ^a Janete Vargas Simões, Des ^o Robson Luiz Albanez, Des ^o Ewerton Schwab Pinto Júnior, Des ^o Fernando Zardini Antonio, Des ^o Arthur José Neiva de Almeida, Des ^o Jorge Henrique Valle dos Santos, Des ^o Júlio Cesar Costa de Oliveira, Des ^a Rachel Durão Correia Lima, Des ^o Helimar Pinto, Des ^o Eder Pontes da Silva, Des ^o Sérgio Ricardo de Souza, Des ^o Ubiratan Almeida Azevedo, Des ^a Débora Maria Ambos Corrêa a Silva, Des ^o Jaime Ferreira Abreu.	
Contratação de empresa para manutenção nas juntas de dilatação do Fórum de Vila Velha – Boa Vista	Reestabelecer as propriedades das juntas de dilatação que estão danificadas.
Obra de reforço estrutural no Fórum de Baixo Guandu.	Reforço estrutural da fundação.
Contratação de serviços de impermeabilização para caixas d'água e cisternas do Tribunal de Justiça, Fórum de Vitória, Corregedoria e Fórum de Cachoeiro de Itapemirim.	Substituição das impermeabilizações existentes, tendo em vista que as mesmas estão comprometidas.
Contratação do projeto de reforço do muro na lateral do Fórum de São Mateus.	Reparar trinca estrutural no muro.
Manutenção do sistema de combate a incêndio das edificações do Poder Judiciário.	Conseguir a regularização de diversas edificações junto ao Corpo de Bombeiros para obtenção do alvará.
Contratação de empresa para substituição de cobertura em policarbonato e calhas externas no Fórum de Venda Nova do Imigrante.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Contratação de empresa para substituição de cobertura central do Fórum de Baixo Guandu.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Contratação de empresa para substituição de cobertura em policarbonato no TJES.	Substituir as coberturas existentes nos 4 fossos de iluminação/ventilação, uma vez que após um temporal com ventos fortes danificaram o material existente e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Contratação do projeto para reforço no talude dos fundos no Fórum de Guarapari.	Construir contenção no talude de terra para conter a erosão do terreno.
Adequação de 2 salas de sessão no térreo, totalizando 4 salas de sessão no total.	Substituição de forro, piso e divisórias, com a implantação de 2 banheiros para uso exclusivo dos Desembargadores.
Readequação de diversos setores no Tribunal de Justiça com a saída de setores administrativos para o Ed. Greenwich.	Readequação dos layouts com troca de forros, piso e divisórias.
Adequação dos demais pavimentos do Ed.	Adequação para a instalação de setores administrativos do PJES e das



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Greenwich (5º, 6º, 10º, 12º, 13º, 14º e 15º).	Varas de Fazenda e Execuções Fiscais (que ficam em imóvel locado).
---	--

Foram desenvolvidos diversos laudos de avaliação. São eles:

LAUDOS DE AVALIAÇÃO	
NOME DA ATIVIDADE	FINALIDADE
Laudos de avaliação.	Aquisição de imóvel (salas e lojas) para abrigar setores administrativos do TJES.
Laudos de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Castelo.
Laudos de avaliação.	Concessão de área para cantina no Fórum de Linhares.
Laudos de avaliação.	Concessão de área para cantina no Fórum de Cariacica.
Laudos de avaliação.	Concessão de área para instalação de self service de lanches no Fórum Cível de Vitória.
Laudos de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga a Vara da Infância e Juventude do Fórum de Vila Velha.
Laudos de avaliação.	Aquisição de imóvel para abrigar o Fórum da Serra.
Laudos de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Cachoeiro de Itapemirim.
Laudos de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Guarapari.
Laudos de avaliação.	Estimar valor para aquisição de imóvel de propriedade do IPAJM localizado em frente ao Fórum Criminal de Vitória.
Laudos de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o Fórum de Bom Jesus do Norte.
Laudos de avaliação.	Locação de imóvel para abrigar o arquivo do Fórum de Aracruz.
Laudos de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Ecoporanga.
Laudos de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o Fórum Cível de Serra.
Laudos de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Nova Venécia.
Laudos de avaliação.	Aquisição de imóvel para abrigar o Fórum Criminal de Vitória.
Laudos de avaliação.	Locação de imóvel para abrigar o arquivo do Fórum de Guarapari.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Ibirapu – Amigos da Justiça.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Ibirapu – Antigo Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – João Neiva.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Alegre – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Alegre – Terreno.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Jerônimo Monteiro.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Laranja da Terra.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Muqui.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Brejetuba – Posto avançado.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Domingos Martins.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Castelo – Terreno.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Afonso Cláudio – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Afonso Cláudio – Anexo.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Cariacica – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Viana – Areinha.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Vila Velha – Boa Vista.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Vila Velha – Prainha.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Ibatiba.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Muniz Freire.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Castelo – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Venda Nova do Imigrante.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Iúna.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Dores do Rio Preto.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Ibitirama.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Rio Novo do Sul – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Rio Novo do Sul – Terreno.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Iconha – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Bom Jesus do Norte – Terreno.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Ecoporanga – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Itaguaçu – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Presidente Kennedy – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Itapemirim – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Marataízes – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Nova Venécia – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Boa Esperança – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Pinheiros – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Montanha – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Barra de São Francisco.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Mucurici – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Jaguaré – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Ed. Greenwich.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Santa Leopoldina.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Conceição da Barra.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Pedro Canário – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Vargem Alta – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Santa Maria de Jetibá – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Água Doce do Norte – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Águia Branca – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Itarana – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Santa Teresa – Fórum.
Laudo de avaliação.	Regularização de imóveis – Mimoso do Sul – Fórum.

6.7 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas, unidade administrativa do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, subordinada à Secretaria Geral, tem suas atribuições definidas na forma do art. 91 da Resolução TJ/ES nº 075/2011.

Integram a Secretaria de Gestão de Pessoas: a Coordenadoria de Recursos Humanos, a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal e a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde e suas Seções respectivas.

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Gestão de Pessoas.	Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Análise, Preparação e Conferência de Dados.• Seção de Processamento de Folha de Pagamento.



	Coordenadoria de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Estágio Probatório e Movimento de Servidor.• Seção de Legislação e Benefícios.• Seção de Registro Funcional de Servidor.• Seção de Registro Funcional de Magistrado.• Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio.
	Coordenadoria de Serviços Psicossociais	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Saúde.• Seção de Serviços Psicossociais.

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem como atribuição alinhar a formulação de políticas e diretrizes que englobem todo o ciclo de gestão de pessoas dentro da Instituição desde o ingresso na administração pública até a conclusão da sua vida funcional

Possui como princípio básico realizar uma boa gestão dos elementos que compõem a organização, estabelecendo princípios e diretrizes para uma boa estruturação do trabalho.

Atua subsidiando o gerenciamento, a redução de riscos e a promoção de saúde

Ações são desenvolvidas com o objetivo de colaborar para o crescimento da Instituição e do próprio profissional, visando uma evolução contínua, onde todos contribuem para um ambiente de eficiência e eficácia.

Nesse sentido se tem buscado ampliar conhecimentos, habilidades e atitudes para com os nossos colaboradores, promovendo meios para motivá-los.

As pressões do mundo do trabalho e os avanços científicos e tecnológicos aumentaram as demandas de relações interpessoais saudáveis e colaborativas, pautando-se em equipes com grande diversidade humana.

O novo modelo agora presente nas relações de trabalho, o chamado “paradoxo do híbrido” ficará e a administração pública se vê diante da execução da gestão pública sob nova forma.

No cenário de pós-pandemia ou “Novo Normal”, a gestão pública eficiente e eficaz, a tecnologia e a inovação precisam estar cada vez mais integradas e convergentes.

Manter uma força de trabalho competente e entusiasmada é o maior desafio.



Exercer a gestão de forma a compreender que nossos colaboradores são seres humanos acompanhados de um conteúdo, uma bagagem própria, uma história de vida, com conhecimentos e competências é indispensável para o sucesso da organização.

A Secretaria de Gestão de Pessoas procura aplicar modelos de gestão adequados às oportunidades e desafios.

As Coordenadorias, como unidades integrantes da Secretaria de Gestão de Pessoas tiveram importante papel na coordenação, organização, controle e supervisão dos projetos realizados no ano de 2023.

6.7.1 – AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2023

A Secretaria de Gestão de Pessoas, juntamente com a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal, unidade administrativa responsável pela análise, preparação e conferência de dados que possuem repercussão financeira para servidores, magistrados, juízes leigos, estagiários e PM'S e a Coordenadoria de Recursos Humanos, definiu como prioridade para o ano de 2023 a continuidade da implantação do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo de forma eficiente e eficaz.

A partir do mês de junho de 2023 implementamos na totalidade a utilização do SIARHES no âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Demanda de grande relevância para o Poder Judiciário no exercício de 2023 foi a realização de concurso público para provimentos de cargos de carreira do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Ainda no ano de 2022, a Secretaria de Gestão de Pessoas apresentou estudo a egrégia Presidência por meio do qual ponderou a necessidade de realização de Concurso Público para provimento de cargos de servidores e magistrados no Poder Judiciário.

Assim, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo objetivando a recomposição da força de trabalho realizou concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior do quadro de pessoal, bem como para o provimento de 20(vinte) vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Juiz Substituto.

Foram ofertadas 128(cento e vinte e oito) vagas e formação de cadastro de reserva para os cargos de nível superior da estrutura do Poder Judiciário.

No mês de setembro foi publicado o resultado final e realizada a respectiva homologação do concurso público para o provimento dos cargos de nível superior do quadro de pessoal.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Ainda no mês de setembro foram identificadas as unidades com maior déficit de servidores, oportunizando a remoção dos servidores já ocupantes dos cargos ofertados no certame.

Realizadas as remoções, deu-se início as nomeações.

Inicialmente foram nomeados 83(oitenta e três) candidatos aprovados nos cargos de Analista Judiciário - AE - Direito, Analista Judiciário - AE – Psicologia, Analista Judiciário - AE - Serviço Social, Analista Judiciário – AE, Analista Judiciário - AJ – Direito, Analista Judiciário - AJ - Execução Penal, Analista Judiciário - AJ - Oficial de Justiça Avaliador, Analista Judiciário - AJ – Contador.

Com relação ao concurso público para provimento do cargo de juiz substituto, este ainda se encontra em andamento, tendo ocorrido apenas a primeira fase no ano de 2023.

No que se refere aos projetos realizados na área de saúde foi dado continuidade ao PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, com realização de exames periódicos de magistrados e servidores. Foram realizados 238(duzentos e trinta e oito) periódicos.

Dando continuidade aos projetos da área de saúde foram realizadas as ações do Projeto Roda de Conversa e Off-Cine. Estes projetos têm como objetivo disponibilizar espaços de diálogo nos quais os servidores trocam experiências, informações e refletem acerca de temas relevantes que afetam suas condições de vida e de trabalho.

6.7.2 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

FORÇA DE TRABALHO DO PJES	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1. Cargos Efetivos Ocupados (1.1 + 1.2)	2470
1.1. Primeira Instância	2015
1.2. Segunda Instância (considerando o quadro suplementar, exceto os optantes, pois estão considerados no item 4)	455
2. Cargos Comissionados Ocupados (2.1 + 2.2)	812
2.1. Primeira Instância	513
2.2. Segunda Instância	299
3. Servidores Estabilizados (3.1 + 3.2)	18
3.1. Primeira Instância	12
3.2. Segunda Instância	06



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

4. Optantes do Regime Jurídico Único (4.1 + 4.2)	06
4.1. Primeira Instância	02
5.2. Segunda Instância	04
TOTAL GERAL DE CARGOS OCUPADOS (1 + 2 + 3 + 4):	3.306

CARGOS COMISSIONADOS	QUANTIDADE	%
1. Ocupados (2.1 + 2.2)	812	83,37%
1. Ocupados exclusivamente por comissionados	702	72,07%
1. Ocupados por servidores efetivos	110	11,29%
2. Vagos	162	16,63%
TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS (1 + 2):	974	100%

- Acréscimo de 05(cinco) cargos em comissão em razão da publicação da Lei Complementar nº 1022/2022

Atualmente existem no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo **974 (novecentos e setenta e quatro)** cargos em comissão (considerando varas instaladas e não instaladas), dos quais **162** (cento e sessenta e dois) estão vagos e 812(oitocentos e doze) ocupados.

Dos **812**(oitocentos e doze) cargos comissionados ocupados, 110 (cento e dez) são ocupados por servidores efetivos e **702** (setecentos e dois) são ocupados por servidores exclusivamente comissionados.

Do quadro acima se observa que dos 974(novecentos e setenta e quatro) cargos comissionados existentes, apenas 812(oitocentos e doze) estão providos, isto é 83,37%(oitenta e três vírgula trinta e sete por cento)de cargos comissionados estão ocupados (referência dezembro/23).

Assim, dos cargos comissionados existentes, 16,63% (dezesseis vírgula sessenta e três por cento) estão vagos.

REDUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores cedidos	07
Aguardando aposentadoria	374
Afastados para trato de interesses particulares	10
Licenciados para mandado classista	07



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

AUMENTO DA FORÇA DE TRABALHO	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores requisitados para atuarem na 2ª Instância	07
Servidores requisitados para atuarem na 1ª Instância	57

MAGISTRADOS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Desembargadores	30
Juízes de Direito	246
Juízes Substitutos	16

ESTAGIÁRIOS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Estagiários de graduação	1678
Estagiários de pós- graduação	252

MAGISTRADOS E SERVIDORES INATIVOS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Magistrados Inativos	139
Servidores Inativos	1105

* considera-se servidor e magistrado inativo aquele afastado aguardando a publicação da portaria de aposentadoria pelo órgão de Previdência, bem como o efetivamente aposentado pelo IPAJM com aposentadoria registrada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Ressalte-se que os dados acima descritos foram extraídos no dia 30/01/2024, com data de corte 31/12/2023.



6.8 SECRETARIA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária é o órgão financeiro central do Poder Judiciário, o qual se incumbe das atribuições definidas nos artigos 105 a 112 da Resolução nº 75/2011, dentre elas:

- Organização, direção e controle das funções financeiras;
- A administração financeira, abrangendo os sistemas de gestão orçamentária, financeira e de contabilidade;
- Controle de recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário;
- Assegurar a efetividade do controle dos fatos contábeis do Tribunal.

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	Coordenadoria de Contabilidade	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Escrituração, Análise Contábil e Análise Patrimonial;• Seção de Tomadas e Prestação de Contas.
	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Empenho e Escrituração da Despesa;• Seção de Tesouraria;• Seção de Controle de Contratos e Convênios.

PROJETOS:

Contratação de licenças de uso de software, para Gestão das Contratações e Convênios dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - PJES, bem como o controle da sua execução, incluindo treinamento, atualizações e suporte.

Contratação empresa para Gestão Administrativa e Análise Tributária das Contratações.

6.8.1 - AÇÕES REALIZADAS EM 2023:

- Início da elaboração de Normas de Procedimentos de acordo com o novo fluxo de documentos após implantação do SEI;
- Elaboração de relatórios para alimentar o Portal Transparência (Contratos pagos, Dispensas e Inexigibilidades e Diárias Pagas);
- Encaminhamento das informações sobre retenções de INSS à Receita Federal do Brasil através da EFD-Reinf;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Encaminhamento das informações referentes às contratações do Poder Judiciário através do CidadES – Contratação do TCEES;
- Publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira no Portal Transparência conforme Resolução do Conselho Nacional de Justiça;
- Orientação às áreas administrativas visando à preparação de relatórios gerenciais relativos à execução orçamentária e financeira e à gestão patrimonial do Tribunal;
- Elaboração trimestral do relatório gerencial Foco em Resultado ao Secretário Geral visando subsidiar decisões relativas à utilização de recursos financeiros previstos e à disponibilidade de caixa;
- Acompanhamento da disponibilidade financeira com a consequente programação de desembolso;
- Elaboração dos relatórios anuais da execução orçamentária, financeira e patrimonial e sua publicação;
- Controle dos contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres, relativos ao Tribunal;
- Repasse financeiro do Aporte Previdenciário ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo;
- Validação de documentos assinados digitalmente, em virtude de impossibilidade atual de assinatura de pessoas externas diretamente no SEI;
- Estudo das retenções tributárias a serem efetuadas nos pagamentos do PJES, para auxílio aos gestores dos contratos, bem como, elaboração de pareceres para o devido enquadramento tributário, com auxílio da ferramenta contratada;
- Análise e acompanhamento dos procedimentos de contabilização das folhas de pagamento (Servidores e Magistrados) e sua divisão em Regime Próprio e Regime Geral;
- Levantamento e orientação aos gestores de contrato quanto aos procedimentos a serem adotados no que tange aos Restos a Pagar;
- Levantamento e estudo das legislações relativas ao ISS junto ao Executivo Municipal;
- Auxílio no levantamento de informações ante a alteração do sistema operacional da Folha de Pagamento;
- Levantamento dos processos de multa em aberto;
- Confecção de Reservas, Empenhos, Liquidações, Ordens Bancárias, Cálculos de Reajustes, Repactuação, Análise de processos de pagamento, etc...;
- Orientação aos gestores de contrato;
- Elaboração de Notas Técnicas Internas detalhando os procedimentos afetos a essa unidade;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Elaboração e Publicação diária das receitas orçamentárias de todas as Unidades Gestoras do PJES;
- Recolhimento e registro contábil das receitas da Dívida Ativa e Leilões;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas com cartão alimentação;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas com Suprimento de Fundos;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas e receitas com Penas Pecuniárias;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes aos repasses e retenções previdenciárias efetuadas nas folhas de pagamento de Servidores e Magistrados;
- Adequação e redução do valor da proposta orçamentária e das concessões às reais necessidades das unidades do Poder Judiciário, efetivando-se a integração entre o planejamento das unidades e o orçamento do Poder Judiciário;
- Adequação às normas vigentes para elaboração e publicação do Relatório de Gestão Fiscal;
- Orientação e acompanhamento aos servidores responsáveis pela utilização do Cartão alimentação para as solicitações e prestações de contas através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- Orientação e acompanhamento aos servidores responsáveis pela aplicação da verba destinada a Suprimento de Fundos para as solicitações e prestações de contas através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- Orientação e acompanhamento junto às Comarcas/Secretarias para as solicitações e prestações de contas do suprimento de fundos e cartão alimentação através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- Acompanhamento e o controle da arrecadação das receitas judiciais e extrajudiciais;
- Orientação e acompanhamento junto aos advogados e partes interessadas para as solicitações de restituições de valores pagos indevidamente;
- Adequação às normas vigentes para elaboração e envio da Prestação de Contas Anual;
- Elaboração e envio das Prestações de Contas Mensais das Unidades Gestoras do Poder Judiciário do Espírito Santo;
- Elaboração e envio mensal das informações das “Despesas de Exercícios Anteriores” (DEA) e das “Despesas com Pessoal não Executada Orçamentariamente”, relativas ao período de 12 meses, para fins de apuração do cálculo da despesa total com pessoal;
- Estudos visando os registros contábeis dos pagamentos de precatórios através de Alvarás Eletrônicos.
- Análise para disponibilização do relatório das receitas em tempo real no portal transparência;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

- Análise e elaboração de respostas sobre os questionamentos relativos a questões contábeis e/ou financeiras efetuados pelos órgãos de Controles Interno e Externos;
- Elaboração dos relatórios anuais de encerramento de exercício da execução orçamentária, financeira e patrimonial.
- Adequação do Ato nº 646/07 à Lei de Licitações 14.133/2021 visando alteração do valor máximo concedido por suprimento de fundo concedido a cada unidade requisitante do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, bem como alteração do limite a ser gasto por subelemento de despesa a cada 30 dias
- Elaboração dos Manuais Perguntas & Respostas relativos ao tema Suprimento de Fundos e Cartão Magnético (utilizado para despesas com alimentação de júris, audiências e eventos previstos no artigo 9º do Ato nº 646/07)
- Atualização da página relativa à Coordenadoria de Contabilidade no sítio eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

6.9 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

6.9.1 - AÇÕES REALIZADAS EM 2023:

1. Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe)

- **Fase 20** – Expansão da Competência Cível nas Unidades remanescentes:

2ª Vara de Afonso Cláudio, Alegre, Anchieta, Baixo Guandu, Castelo, Conceição da Barra, Domingos Martins, Guaçuí, Ibirapu, Iúna, Mimoso do Sul, Pancas, Piúma, Santa Maria de Jetibá, São Gabriel da Palha - Ato Normativo Nº 040/2023.

- Entrega: Fevereiro de 2023.
- Status: 100% Concluído.

- **Fase 21** – Expansão da Competência Criminal:

Implantação na comarca piloto de Iúna:

- Entrega: Maio de 2023.
- Status: 100% Concluído.



Implantação nas Unidades de Vara Única de Alto Rio Novo, Boa Esperança, Conceição do Castelo, Ibitirama, Marilândia, Muqui, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e na 2ª Vara de Guaçuí - Ato Normativo Nº 358/2023. Implantação nas Unidades de Vara Única de Alfredo Chaves, Bom Jesus do Norte, Muniz Freire, Rio Bananal, Ibatiba, Atílio Vivacqua, Santa Leopoldina, Dolores do Rio Preto; em 4 Unidades de Cachoeiro de Itapemirim e em 5 Unidades de São Mateus - Ato Normativo Nº 383/2023.

- Entrega: Julho de 2023.
- Status: 100% Concluído.

Implantação nas Unidades de Vara Única de Água Doce do Norte, Itaguaçu, Itarana, Laranja da Terra, Mantenedópolis, Montanha, Pedro Canário e São José do Calçado - Ato Normativo Nº 388/2023.

- Entrega: Agosto de 2023.
- Status: 100% Concluído.

Implantação nas Unidades de Vara Única de Águia Branca, Ecoporanga, Fundão, Iconha, Jaguaré, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Marechal Floriano, Pinheiros, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, Santa Teresa, São Domingos do Norte e nas Unidades de 2ª Vara de Afonso Cláudio, Alegre, Baixo Guandu, Castelo, Conceição da Barra, Domingos Martins, Ibirapu, Mimoso do Sul, Pancas, Piúma, Santa Maria de Jetibá e São Gabriel da Palha - Ato Normativo Nº 424/2023.

- Entrega: Setembro de 2023.
- Status: 100% Concluído.

Implantação nas Unidades de Anchieta, Aracruz, Barra de São Francisco, Cariacica, Colatina, Guarapari, Itapemirim, Linhares, Marataízes, Nova Venécia, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória - Ato Normativo Nº 498/2023.

- Entrega: Outubro de 2023.
- Status: 100% Concluído.

- **Fase 22** – Implantação no âmbito das competências delegadas de Execução Fiscal Federal e Fazenda Pública Federal - Ato Normativo Nº 503/2023.



- Entrega: Setembro de 2023.
- Status: 100% Concluído.

➤ **Fase 23** – Adequação para viabilizar o funcionamento das Secretarias Unificadas - Ato Normativo Nº 276/2022.

- Entrega: Outubro de 2023.
- Status: 100% Concluído.

2. Migração de todos os sistemas do PJES para os serviços gerenciados de computação em nuvem (Data Center em nuvem AWS):

Em 31/12/2023, finalizaram-se os procedimentos relacionados ao processo de migração de todos os sistemas do PJES para a nuvem da AWS.

Com esta ação, o PJES se torna o primeiro órgão do judiciário nacional a ter toda sua gama de sistemas inteiramente em uma infraestrutura de Cloud Computing, o que representa um passo significativo em direção à transformação digital.

Além dos ganhos tecnológicos de desempenho, a migração para a nuvem acarretará em uma infraestrutura mais escalável para o Poder Judiciário.

3. Aquisição de Computadores e Notebooks:

Dando continuidade à atualização do parque tecnológico do PJES, com o objetivo de melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais, houve a realização de uma Nova Ata de Registro de Preços para aquisição de Microcomputadores tipo Desktop, com garantia de 5 anos.

Ao final de 2023, haviam sido entregues e instalados em todo Poder Judiciário 6.126 desktops tipo 1, 90 desktops tipo 2, 14 desktops tipo 3 e 400 notebooks.

4. Aquisição de switches de rede:

Somando-se às demandas cotidianas/diárias inerentes à prestação do serviço conectividade à rede, recentemente, o PJES desenvolveu o processo de modernização do judiciário que contempla a implementação de diversas salas de digitalização de processos. Sua operacionalização acelerou o processo de esgotamento das reservas técnicas destes ativos de rede das unidades judiciárias.

Ademais, a presente contratação se mostra ainda mais imprescindível, diante da mudança do Fórum Cível de Vitória, fato que requer a viabilização de uma nova infraestrutura de rede.



Portanto, visando atender ao novo cenário tecnológico, foram adquiridos, por meio do Sistema de Registro de Preços, 250 switches tipo 1 (24 portas). Ato contínuo, a Secretaria de Tecnologia já está elaborando um novo estudo para a aquisição de equipamentos similares, porém com 48 portas.

5. Contratação de Assessoria para estudo da estrutura organizacional:

Contratação de serviço técnico especializado para reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da STI, reformulação do Organograma, devidamente fundamentado e em consonância à legislação vigente e resoluções dos órgãos de controle.

Em abril de 2023, a empresa concluiu os estudos e apresentou o Programa de aprimoramento da Estrutura Organizacional para enfrentamento dos novos desafios da Secretaria de Tecnologia da Informação – TJES, o qual foi submetido para apreciação da administração do Poder Judiciário.

6. Balcão Virtual:

O Balcão Virtual é um serviço de atendimento online das Unidades Judiciárias do PJES. O cidadão será atendido por videoconferência, sem agendamento prévio, durante o horário de atendimento ao público. <http://www.tjes.jus.br/servicos/balcao-virtual/>

Concluído, no momento apenas três unidades (Colatina - 3º Juizado Especial Cível; Vitória - Vara de Recuperação Judicial e Falência; Vila Velha - 1ª Vara de Órfãos e Sucessões) estão **efetivamente** utilizando. Outras implantações estão sob análise da Presidência e do CGTIC.

7. Projeto EFD-Reinf:

Contratação de licenças de uso de software para Gestão das Contratações e Convênios deste Poder Judiciário, bem como o controle da sua execução, incluindo treinamento, manutenções, atualizações e suporte, visando uma única entrada de dados, tratamento e disponibilização conforme exigências do TCE-ES, do CNJ e da RFB.

O Estudo Técnico Preliminar foi consolidado entre a STI e demais áreas envolvidas. Contudo, viu-se a necessidade de reavaliação do escopo do projeto com base em soluções mais recentes ofertadas no mercado e utilizadas por outros órgãos da Administração Pública. Até o momento, não foram localizadas soluções de acordo com as recomendações do CNJ e que cumpram com os requisitos técnicos. O projeto encontra-se temporariamente pausado e será tratado com a nova gestão.

8. Contratação de software para resolução de conflitos por meio de mediação e conciliação do NUPEMEC



Em fevereiro de 2023, concluiu-se a contratação de licenças de sistema informatizado do software MOL - Solução completa para resolução de conflitos, na modalidade SaaS, para realização de sessões de conciliação e mediação por meio de videoconferência, em virtude da corrente necessidade de aprimoramento dos meios usados pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC/TJES, bem como, devido à mobilização incentivada pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme resolução 358 de 02 de dezembro de 2020, que aduz sobre o dever dos Tribunais de disponibilizarem sistema de informação para resolução de conflitos por meio da conciliação e mediação.

9. CidadES Contratação:

Visando atender a instrução normativa TC 43/2017, o projeto **CidadES Contratação** foi desenvolvido pela STI e tem como objetivo enviar informações ao TCE-ES de forma estruturada, consistente e confiável referentes às licitações, contratos e contratações em geral, contribuindo para um maior controle dos processos e transparência.

Em 2023, foi realizada a atualização com o Anexo VI – Remessa Contratação: Anexo à Instrução Normativa TC 68, de 8 de dezembro de 2020, alterado pela Portaria Normativa nº 89, de 13 de dezembro de 2022 e pela Portaria Normativa nº 49, de 15 de junho de 2023.

10. Projeto Fase II SIARHES - Migração de Dados Históricos:

Houve interrupção deste projeto em nov/20 para início do projeto de relatório do CNJ. Em out/21 o projeto foi retomado. Interrompido novamente em out/22 pela priorização da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) no Desenvolvimento dos Relatórios para o Portal da Transparência e CNJ e Desligamento de Sistemas Antigos. Em 2023, o projeto foi dado como concluído pela SGP.

11. Desenvolvimento dos Relatórios para o Portal da Transparência e CNJ:

Adequação dos relatórios enviados aos órgãos de controle e disponibilizados no sítio do TJES, de modo que considere as informações cadastradas no novo sistema de gestão de recursos humanos, SIARHES. A API foi fornecida pela PRODEST/SEGER. Foram elaborados 13 relatórios, restando pendente a realização de mais 1. O projeto segue aguardando priorização pela SGP.

12. Melhorias nos links de comunicação de dados:

Após o upgrade dos links das Comarcas, ampliando em até 4 vezes a capacidade de comunicação de dados entre as unidades do PJES, passando de 4Mb para 16Mb, realizado em 2022, iniciou-se a estratégia de melhoria nos links de internet através do contrato celebrado entre este Poder Judiciário



e o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (PRODEST). Com a autarquia ampliando a sua capilaridade para atender novas localidades do PJES, será possível que as comarcas alcancem velocidades de conexão maiores, bem como uma disponibilidade maior do serviço de internet, haja vista que haverá redundância de circuitos com mais de uma empresa.

13. Intimação Eletrônica no PJES:

Realizada a contratação de Telefonia Móvel, contemplando todas as unidades judiciárias, para possibilitar a Intimação Eletrônica em todo PJES.

Em abril de 2023, a Secretaria Geral disponibilizou as orientações para as unidades judiciárias sobre o uso dos aparelhos, as quais previam a utilização dos celulares no âmbito do juízo 100% digital; para citação, notificação e intimação do advogado ou da parte, como prevê o Código de Processo Civil e, ainda, de acordo com o provimento nº 63/2021, da Corregedoria Geral da Justiça e nos plantões de recesso forense.

14. Contratação de serviço para emissão de certificado digital:

Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, para eventual aquisição de serviços de emissão de certificados digitais, para equipamentos, magistrados e servidores.

A aquisição desses certificados digitais contribui para que o PJES possa utilizá-los promovendo segurança ao atribuir autenticidade e legitimidade nas tramitações eletrônicas nos sistemas do PJES.

15. Pesquisa de Satisfação dos Usuários:

Durante o ano de 2023, segundo o relatório de avaliação de pesquisa de satisfação da Central de Serviços, das 1.601 pesquisas respondidas, aproximadamente 78,64% dos usuários avaliaram como Bom ou Ótimo o atendimento prestado, e 75,89% classificaram como Bom ou Ótimo o prazo e a precisão da resolução, num universo de 76.479 chamados abertos. Os dados foram extraídos do sistema de Service Desk, Assyst Web.

OUTRAS AÇÕES EM 2023:

● Em Andamento:

- ◆ Projeto SIARHES – Sistemas Legados (eCrachá, Declarações de Bens, Escala de férias, Frequência ...) - Adequações.
- ◆ Projeto SEP 14 - Sistema de antivírus.
- ◆ Integrações PJe
- ◆ Projeto BNP (Banco Nacional de Precedentes)
- ◆ Projeto Cadastro de Peritos e de Administradores Judiciais



- ◆ Projeto Selo Digital: implantação do Console, Portal e Consulta Pública
- ◆ Contratação de Telefonia VoIP
- ◆ Contratação de Ferramenta de Reconhecimento e engajamento de colaboradores
- ◆ Contratação de serviço de suporte técnico McAfee - Filtro de Conteúdo Web
- ◆ Contratação de Solução de proteção de borda (firewall)
- ◆ Contratação do Suporte Novell
- ◆ Aquisição de Equipamentos Diversos (webcam, headset, caixas de som e telefone)

● **Concluídos**

- ✓ Projeto Migração PJe - Nuvem
- ✓ Projeto LUP - Lista Unificada De Precatórios
- ✓ Adequação do Sistema de Cálculo de Precatórios
- ✓ Contratação de material para diagnóstico e manutenção corretiva de equipamentos e da infraestrutura de TIC.
- ✓ Aquisição de equipamentos para videoconferência
- ✓ Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção das Centrais Telefônicas

AÇÕES ESTRUTURANTES A SEREM REALIZADAS:

Reestruturação da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Plano de Trabalho da Entic-Jud (Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - Resolução 370/2021)

Plano de Transformação Digital do Poder Judiciário

(<https://www.tjes.jus.br/institucional/setores/secretaria-de-tecnologia-da-informacao/transparencia/plano-de-transformacao-digital/>)

Plano de Contratações 2024.

Plano de Capacitação 2024-2025.

7. PROCESSOS - QUANTITATIVO DE CASOS NOVOS, SENTENÇAS E BAIXAS

No exercício de 2023, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo recebeu 312.713 casos novos, o que representa um aumento de 4,23% no número de casos novos quando comparado com o exercício de 2022, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Quantidade de Casos Novos

Fase Processual	Ano		Percentual por Ano		Variação (2023/2022)
	2022	2023	2022	2023	
Conhecimento	244.059	267.608	81,34%	85,58%	9,65%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Execução	55.975	45.105	18,66%	14,42%	-19,42%
Total	300.034	312.713	100,00%	100,00%	4,23%

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ/ PJES

A quantidade de sentenças proferidas no exercício de 2023 foi de 377.117, representando um aumento 40,5% quando comparado com o exercício de 2022, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Fase Processual	Ano		Percentual por Ano		Variação (2023/2022)
	2022	2023	2022	2023	
Conhecimento	229.212	290.212	85,39%	76,96%	26,61%
Execução	39.208	86.905	14,61%	23,04%	121,65%
Total	268.420	377.117	100,00%	100,00%	40,50%

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ/ PJES

No exercício de 2023, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo teve um total de 409.453 processos baixados, o que representa um aumento de 5,3% no número de processos baixados quando comparado com o exercício de 2022, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Fase Processual	Ano		Percentual por Ano		Variação (2023/2022)
	2022	2023	2022	2023	
Conhecimento	359.737	379.016	92,52%	92,57%	5,36%
Execução	29.101	30.437	7,48%	7,43%	4,59%
Total	388.838	409.453	100,00%	100,00%	5,30%

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ/ PJES

8. GESTÃO DOS PRECATÓRIOS NO EXERCÍCIO DE 2023

Considerando o fim do exercício 2023, a Assessoria de Precatórios elaborou relatório com os principais dados referentes à Gestão de Precatórios, conforme informações que seguem:

I. RELAÇÃO DOS ENTES QUE ESTÃO SUBMETIDOS AO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS:

PLANO ANUAL DE PAGAMENTO 2023 - REGIME ESPECIAL						
ENTES DEVEDORES	ACERVO 2023	PERCENTUAL COMPROMETIMENTO RECEITA (RCL)	VALOR ANUAL A SER DEPOSITADO 2023	PARCELA 2023	MESES PARA QUITAR	PREVISÃO SAÍDA DO REGIME ESPECIAL



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

ALTO RIO NOVO	R\$ 2.546.854,71	3,86%	R\$ 1.594.531,80	R\$ 159.453,18	16	30/06/2024
CARIACICA	R\$ 1.118.404,76	1,18%	R\$ 12.738.603,99	R\$ 888.371,76	3	31/03/2023
GUARAPARI	R\$ 28.169.220,49	2,29%	R\$ 10.550.730,19	R\$ 1.062.375,68	27	31/05/2025
MUQUI	R\$ 2.296.444,22	1,94%	R\$ 1.123.810,36	R\$ 95.680,00	24	31/03/2025
VIANA	R\$ 13.606.676,03	1,06%	R\$ 3.939.553,00	R\$ 393.955,00	35	31/01/2026
VILA VELHA	R\$ 25.000.000,00	3,25%	R\$ 25.000.000,00	R\$ 3.593.230,00	5	31/05/2023

OBS: No exercício de 2023 os municípios de Cariacica e Vila Velha ingressaram no Regime Geral de pagamentos previsto no art. 100 da CF/88.

II - RELAÇÃO DOS ENTES SUBMETIDOS AO REGIME COMUM DE PAGAMENTO, CONFORME ART.100 DA CF/88, ESTÁ DISPONIBILIZADA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO:

<http://www.tjes.jus.br/preatorios/gestao/regime-juridico-dos-entes-publicos>

OBS: OS ACERVOS DAS ENTIDADES DEVEDORAS PODEM SER CONSULTADOS ATRAVÉS DO LINK ABAIXO E NO MAPA DE GESTÃO QUE SEGUE ANEXO A ESTE RELATÓRIO.

<http://www.tjes.jus.br/preatorios/consultas/listas-de-preatorios/>

III – PAGAMENTOS REALIZADOS:

A relação dos pagamentos de precatórios realizados no exercício de 2023 podem ser consultados no endereço eletrônico da página de precatórios:

<http://www.tjes.jus.br/preatorios/consultas/preatorios-liquidados-por-ente-publico/>

No exercício de 2023, a Assessoria de Precatórios realizou o pagamento de mais de **2500 precatórios**, o que equivale a mais de **R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)** liberados aos credores.

A Assessoria de Precatórios informa que vêm cumprindo rigorosamente o preceituado na legislação vigente, exigindo dos entes públicos os repasses financeiros estipulados, conforme o Regime de pagamento em que cada ente está submetido, com o objetivo de liquidação dos precatórios inscritos em seu acervo.



9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório de Gestão buscou abordar os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, permitindo à Corte de Contas Estadual e à população em geral obter informações úteis e relevantes que possibilitem a avaliação, de forma ampla, da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito deste egrégio Tribunal de Justiça.



ANEXO I

Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 1

Filtro:

Setor: Assessoria de Cerimonial, Assessoria de Imprensa, Assessoria de Segurança Institucional, Coordenadoria da Infância e Juventude, Coordenadoria Das Varas Criminais E De Execuções Penais, Coordenadoria de Gestão da Informação Documental, Coordenadoria dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, Coordenadoria Estadual da mulher em situação de violência doméstica e familiar, Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES), NUPEMEC, Secretaria de Controle Interno, Secretaria de Engenharia, Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária, Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria Geral, Secretaria Judiciária, Secretaria Tecnologia da Informação, Secretaria Geral, Secretaria Judiciária, Secretaria Judiciária, Secretaria Tecnologia da Informação, Unidade de Coordenação de Programas - UCP

D	S	O	Título	Responsável	Dias estimados x realizados	Investimento	Prazo	Início	Fim	Dias	Investimento
	▶	●	Adequar as unidades do Poder Judiciário	Wagner Oliveira Marques			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 01/07/2021 22/08/2022	31/12/2026 19/12/2023 n/d	2191 902 530	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
	▶	●	Atualizar Plano de Obra	Wagner Oliveira Marques			Planejado - Plano Estimado Realizado	n/d 01/07/2021 02/08/2021	n/d 30/04/2024 n/d	n/d 1035 915	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
	▶	●	Construção do Fórum de Alegre	Wagner Oliveira Marques			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/07/2021 01/07/2021 01/07/2021	29/09/2023 19/12/2023 n/d	821 902 947	R\$ 15.900.232,35 R\$ 14.580.302,90 R\$ 6.008.927,36
	▶	●	Reforma de edificações com a implantação de itens de acessibilidade	Wagner Oliveira Marques			Planejado - Plano Estimado Realizado	n/d 01/07/2021 01/07/2021	n/d 18/12/2026 n/d	n/d 1997 947	R\$ 0,00 R\$ 16.800,00 R\$ 0,00
	□	●	Inventário anual "online" dos bens móveis permanentes	Gustavo Gonçalves Biazi			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 19/11/2020 19/11/2020	31/12/2026 31/12/2023 31/12/2023	2191 1138 1138	R\$ 16.800,00 R\$ 16.800,00 R\$ 16.800,00
	▶	●	Gestão Documental	Fabio Buaiz de Lima			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 22/11/2021 26/11/2021	31/12/2026 30/11/2021 n/d	2191 9 799	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 2

	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Aprovar o Plano de Contratações	Marcelo Tavares de Albuquerque			Planejado - Plano	22/05/2023	30/09/2023	132	R\$ 0,00
							Estimado	30/07/2023	14/08/2023	16	R\$ 0,00
							Realizado	n/d	n/d	n/d	R\$ 0,00
	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="radio"/>	Auditoria e Consultoria	José Adriano Pereira			Planejado - Plano	01/01/2021	31/12/2026	2191	R\$ 0,00
							Estimado	10/01/2022	31/12/2026	1817	R\$ 0,00
							Realizado	03/01/2022	15/05/2023	498	R\$ 0,00
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="radio"/>	Ampliar a participação de Magistrados nos cursos de capacitação	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano	01/01/2022	31/12/2026	1826	R\$ 75.000,00
							Estimado	01/01/2022	31/12/2026	1826	R\$ 225.000,00
							Realizado	01/01/2022	n/d	763	R\$ 185.264,72
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="radio"/>	Ampliar a participação de Servidores nos cursos de capacitação	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano	01/01/2022	31/12/2026	1826	R\$ 75.000,00
							Estimado	01/01/2022	31/12/2026	1826	R\$ 300.000,00
							Realizado	01/01/2022	n/d	763	R\$ 256.624,98
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="radio"/>	Padronização dos eventos realizados pelo PJES	Sérgio Sarkis Figueira Filho			Planejado - Plano	04/01/2021	30/12/2022	726	R\$ 0,00
							Estimado	25/10/2021	31/12/2026	1894	R\$ 0,00
							Realizado	25/10/2021	n/d	831	R\$ 0,00
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="radio"/>	Ampliar a participação de Magistrados nos cursos de capacitação da EMES	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano	01/01/2022	31/12/2026	1826	R\$ 0,00
							Estimado	01/01/2022	31/12/2026	1826	R\$ 0,00
							Realizado	01/01/2022	n/d	763	R\$ 166.686,18
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="radio"/>	Ampliar a participação de Servidores nos cursos de capacitação da EMES	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano	01/01/2022	31/12/2026	1826	R\$ 0,00
							Estimado	01/01/2022	31/12/2026	1826	R\$ 0,00
							Realizado	01/01/2022	n/d	763	R\$ 348.242,36



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 3

	▶	●	Ampliar a participação de magistrados do interior nos cursos de capacitação	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 01/01/2022 01/02/2022	31/12/2026 31/12/2026 n/d	1826 1826 732	R\$ 90.000,00 R\$ 90.000,00 R\$ 0,00
	▶	●	Ampliar a participação de servidores do interior nos cursos de capacitação	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 01/02/2022 08/02/2022	31/12/2026 31/12/2026 n/d	1826 1795 725	R\$ 90.000,00 R\$ 90.000,00 R\$ 0,00
	▶	●	Ampliar o número de horas-aulas ministradas para Servidores do PJES	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 01/01/2022 07/02/2023	31/12/2026 31/12/2026 n/d	1826 1826 361	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
	▶	●	Ampliar o número de horas-aulas ministradas para Magistrados do PJES	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 01/01/2022 11/04/2022	31/12/2026 31/12/2026 n/d	1826 1826 663	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
	▶	●	Aumentar a participação dos magistrados no Levantamento de Necessidades de Treinamento	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 n/d 10/08/2023	31/12/2026 n/d n/d	1826 n/d 177	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
	▶	●	Aumentar a participação dos servidores no Levantamento de Necessidades de Treinamento	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 n/d 30/01/2023	31/12/2026 n/d n/d	1826 n/d 369	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 4

	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Intensificar a divulgação dos Levantamentos de Necessidades de Treinamento	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 01/01/2022 n/d	31/12/2026 31/12/2026 n/d	1826 1826 n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Intensificar a divulgação dos Levantamentos de Necessidades de Treinamento -	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 01/01/2022 n/d	31/12/2026 31/12/2026 n/d	1826 1826 n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Atender a 100% dos cursos prioritários definidos pelas Secretarias Administrativas do TJES, a cada ano.	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 01/01/2022 11/04/2022	31/12/2026 31/12/2026 n/d	1826 1826 663	R\$ 480.000,00 R\$ 480.000,00 R\$ 0,00
	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Capacitar os integrantes do órgão em temas relacionados à Acessibilidade e Inclusão	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 01/01/2022 01/01/2022	31/12/2026 31/12/2026 n/d	1826 1826 763	R\$ 660.000,00 R\$ 1.320.000,00 R\$ 0,00
	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Iniciar, no mínimo, 1 curso de Pós-graduação por ano na EMES	Mariana Santos de Queiroz Araújo			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 01/01/2022 01/01/2022	31/12/2026 31/12/2026 n/d	1826 1826 763	R\$ 648.000,00 R\$ 648.000,00 R\$ 72.864,00
	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Gestão da Acessibilidade	Aline Carolino Santos Davel			Planejado - Plano Estimado Realizado	n/d 15/06/2022 19/09/2022	n/d 15/07/2022 31/10/2022	n/d 31 43	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 5

<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Fomentar o fortalecimento e a ampliação das Audiências de Custódia	Diego de Jesus			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 01/01/2022 01/01/2022	31/12/2026 31/12/2022 31/12/2022	1826 365 365	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Contratação de serviços de mensageria	Vitor Rocha Dannemann			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/06/2022 31/05/2022 21/07/2022	04/02/2023 04/02/2023 03/02/2023	249 250 198	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Contratação dos serviços de locação de veículos	Vitor Rocha Dannemann			Planejado - Plano Estimado Realizado	09/03/2022 09/03/2022 20/07/2022	10/01/2023 10/01/2023 22/11/2022	308 308 126	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Programa de Reconhecimento Voluntário de Paternidade -- Meu Pai é Legal com ênfase no Sistema Prisional ONLINE	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	07/01/2022 01/04/2022 01/04/2022	31/12/2026 19/12/2024 n/d	1820 994 673	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Entrega voluntária	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	07/01/2022 07/01/2022 07/01/2022	29/12/2023 28/04/2023 16/05/2023	722 477 495	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Atualizar a regulamentação dos procedimentos para autorização de viagem de crianças e adolescentes	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	07/01/2022 07/01/2022 07/01/2022	11/05/2022 11/05/2022 11/05/2022	125 125 125	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 6

<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Catálogo de Programas, Serviços e Iniciativas de âmbito nacional, estadual e municipal	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	07/01/2022 07/01/2022 07/01/2022	15/07/2022 19/12/2024 n/d	190 1078 757	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Programa Aprender a Vencer	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/04/2022 01/04/2022 01/04/2022	31/08/2022 19/12/2024 n/d	153 994 673	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Instituição do Calendário Anual de Eventos	Greice Venturi Provete			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/08/2022 12/09/2022 n/d	09/12/2022 09/12/2022 n/d	131 89 n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Reestruturar a STI - Recursos Humanos e Estrutura Organizacional	Alamir Costa Louro			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/11/2022 01/01/2021 01/01/2021	30/09/2023 30/09/2023 n/d	334 1003 1128	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Aprimorar a segurança da informação	Alamir Costa Louro			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 01/01/2021 n/d	31/12/2026 31/12/2026 n/d	2191 2191 n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Promover a Comunicação Acessível	Gabriela Moro Zamprogno			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 01/01/2022 07/01/2022	31/12/2026 31/12/2026 31/12/2022	2191 1826 359	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Aprimorar a qualidade dos serviços e produtos entregues pela Ascom	Maira Pereira Ferreira			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 01/01/2024 18/01/2024	31/12/2026 31/12/2024 n/d	2191 366 16	R\$ 0,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 7

<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Fomentar a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão	Diego de Jesus			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2022 01/01/2022 30/06/2022	31/12/2022 n/d 31/12/2022	365 n/d 185	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	PROJETO DE APOIO AOS CURSOS PREPARATÓRIOS PARA HABILITAÇÃO À ADOÇÃO	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	n/d 22/06/2022 22/06/2022	n/d 06/10/2022 06/10/2022	n/d 107 107	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Adesão às campanhas nacionais na área da infância e juventude	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	11/04/2022 26/04/2022 26/04/2022	16/12/2022 30/10/2023 16/10/2023	250 553 539	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Implantação do Plano de Segurança Institucional juntamente com a adequação das Medidas de Segurança Institucional, até 2026.	Kaio Fardim			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 01/07/2021 01/07/2021	31/12/2026 31/12/2023 n/d	2191 914 947	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Programa de Visitação Técnica ao TJES	Greice Venturi Provete			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 01/07/2022 07/07/2022	31/12/2026 31/12/2022 31/07/2022	2191 184 25	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão de Restos a Pagar	Carla Zambi Meirelles			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 01/01/2022 31/03/2022	31/12/2026 31/12/2022 30/12/2022	2191 365 275	R\$ 0,00 R\$ 15.739.575,38 R\$ 13.664.949,77



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 8

<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Círculos de Justiça Restaurativa	Aldair Procópio		Planejado - Plano	n/d	n/d	n/d	R\$ 0,00
					Estimado	30/01/2022	31/07/2023	548	R\$ 0,00
					Realizado	03/01/2022	31/07/2023	575	R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Fortalecimento do Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo - CIASE	Aldair Procópio		Planejado - Plano	20/01/2022	19/12/2022	334	R\$ 0,00
					Estimado	01/11/2021	01/09/2023	670	R\$ 0,00
					Realizado	17/12/2021	01/09/2023	624	R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Campanha de conscientização sobre as necessidades e direitos das pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)	Aldair Procópio		Planejado - Plano	01/07/2022	29/12/2023	547	R\$ 0,00
					Estimado	01/07/2022	28/04/2023	302	R\$ 0,00
					Realizado	01/07/2022	24/04/2023	298	R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Estruturação das Salas de Depoimento Especial	Aldair Procópio		Planejado - Plano	20/01/2022	19/12/2022	334	R\$ 0,00
					Estimado	20/01/2022	19/12/2022	334	R\$ 0,00
					Realizado	20/01/2022	10/10/2022	264	R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Capacitação para entrevistador forense por meio do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense	Aldair Procópio		Planejado - Plano	01/03/2022	29/12/2023	669	R\$ 0,00
					Estimado	10/06/2022	19/12/2023	558	R\$ 0,00
					Realizado	10/06/2022	19/12/2023	558	R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	INSTALAÇÃO DO NÚCLEO GESTOR DE JUSTIÇA RESTAURATIVA - NUGJUR	Aldair Procópio		Planejado - Plano	01/04/2022	30/06/2022	91	R\$ 0,00
					Estimado	30/03/2022	31/08/2023	520	R\$ 0,00
					Realizado	31/03/2022	31/08/2023	519	R\$ 0,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 9

<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Elaborar Fluxo para o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	30/06/2022 30/06/2022 30/06/2022	26/10/2022 30/11/2022 30/11/2022	119 154 154	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Regulamentar a Central de Vagas no Sistema Socioeducativo	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	02/02/2022 01/02/2022 01/04/2022	26/07/2022 19/06/2023 19/06/2023	175 504 445	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Participação presencial nos Encontros Nacionais de Coordenadores da Infância e Juventude e outros de interesse da área	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/03/2022 29/08/2022 29/08/2022	19/12/2022 25/08/2023 25/08/2023	294 362 362	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei - PNAISARI1	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/03/2023 01/03/2023 01/03/2023	29/12/2023 19/12/2024 n/d	304 660 339	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Aumentar o índice de Governança de TIC	Richard Joannathan Holz Ditbenner			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 31/01/2021 31/01/2021	31/12/2026 31/12/2023 31/12/2023	2191 1065 1065	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas	Richard Joannathan Holz Ditbenner			Planejado - Plano Estimado Realizado	n/d 19/12/2019 19/12/2019	n/d 01/03/2024 31/12/2023	n/d 1535 1474	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 10

<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Gerenciar e aprimorar os serviços de TI	Richard Joannathan Holz Ditbenner			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 01/01/2021 01/10/2021	31/12/2026 31/12/2026 n/d	2191 2191 855	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Elaborar e executar o Plano de Contratações de TIC	Karina Marques Pereira			Planejado - Plano Estimado Realizado	n/d 01/12/2021 01/12/2021	n/d 31/12/2023 31/12/2023	n/d 761 761	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Elaborar e executar Plano de Capacitação	Richard Joannathan Holz Ditbenner			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 31/01/2021 31/01/2021	31/12/2026 31/12/2023 31/12/2023	2191 1065 1065	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ampliar a utilização de sistema processual eletrônico a 100% das unidades	Alamir Costa Louro			Planejado - Plano Estimado Realizado	n/d n/d n/d	n/d n/d n/d	n/d n/d n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Contratação de Almoхарif e Artífices de Manutenção	Fábio Tadeu Dias			Planejado - Plano Estimado Realizado	09/01/2023 15/09/2022 15/09/2022	19/12/2023 31/12/2023 31/12/2023	345 473 473	R\$ 366.729,96 R\$ 319.960,20 R\$ 0,00
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Integração dos sistemas de manutenção e de abastecimento de veículos	Vitor Rocha Dannemann			Planejado - Plano Estimado Realizado	08/05/2023 08/05/2023 08/05/2023	30/10/2023 30/10/2023 n/d	176 176 271	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Preparar Projeto de Financiamento e Anexos do BID	Márcio Flávio Barbosa de Souza			Planejado - Plano Estimado Realizado	23/05/2023 02/12/2022 02/12/2022	31/07/2023 31/07/2023 n/d	70 242 428	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Acompanhar o Andamento do Processo do BID junto ao Governo Federal	Márcio Flávio Barbosa de Souza			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/08/2023 27/06/2023 27/06/2023	07/12/2023 07/12/2023 n/d	129 164 221	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 11

<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Realizar Ações de Capacitação e Comunicação do Programa	Márcio Flávio Barbosa de Souza			Planejado - Plano Estimado Realizado	23/05/2023 01/08/2023 n/d	n/d 07/12/2023 n/d	n/d 129 n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Prestar apoio técnico no processo de aquisição do ônibus do Projeto do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha.	Vitor Rocha Dannemann			Planejado - Plano Estimado Realizado	08/05/2023 08/05/2023 08/05/2023	31/12/2023 31/12/2023 n/d	238 238 271	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Revisar e Elaborar as Normas e os Fluxos de Processos associados à UCP	Márcio Flávio Barbosa de Souza			Planejado - Plano Estimado Realizado	23/05/2023 16/08/2023 n/d	07/12/2023 31/08/2023 n/d	199 16 n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Integração dos serviços de e-carta e AR digital ao PJE	Vitor Rocha Dannemann			Planejado - Plano Estimado Realizado	08/05/2023 n/d n/d	31/12/2025 n/d n/d	969 n/d n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Formar e Organizar a Unidade de Coordenação de Programas - UCP	Márcio Flávio Barbosa de Souza			Planejado - Plano Estimado Realizado	02/12/2022 02/12/2022 02/12/2022	22/05/2023 06/12/2022 06/12/2022	172 5 5	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Ampliar a estrutura física e de Pessoal dos CEJUSCs e NUPEMEC	Izabella Dalla Sily Casagrande			Planejado - Plano Estimado Realizado	31/05/2023 01/02/2023 01/03/2023	31/12/2026 19/12/2026 n/d	1311 1418 339	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 12

	▶ ●	Desenvolver Parcerias externas para avanço da mediação no Estado	Izabella Dalla Sily Casagrande			Planejado - Plano Estimado Realizado	31/05/2023 31/05/2023 28/02/2022	19/12/2023 19/12/2026 n/d	203 1299 705	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
	▶ ●	Fortalecer Parcerias internas	Izabella Dalla Sily Casagrande			Planejado - Plano Estimado Realizado	30/06/2023 17/01/2024 08/08/2023	19/12/2023 20/02/2026 n/d	173 766 179	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
	▶ ●	Implantação do Sistema de Recursos Humanos do Espírito Santo SIARHES	Cintia Simões Varejão			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 25/02/2019 01/01/2021	31/12/2026 20/12/2026 n/d	2191 2856 1128	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
	▶ ●	Realização de Concurso Público para provimento de cargos de servidores e formação de cadastro de reserva no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	Cintia Simões Varejão			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 09/01/2023 09/01/2023	31/12/2026 31/12/2023 n/d	2191 357 390	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 13

<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Realização de Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Substituto e formação de cadastro de reserva no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	Cintia Simões Varejão			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 09/01/2023 03/04/2023	31/12/2026 31/12/2025 n/d	2191 1088 306	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Programa de Acompanhamento ao Trabalhador - PAT	Silvia Oppenheimer Pitanga Borges			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2021 01/01/2021 07/01/2021	31/12/2026 31/12/2022 18/12/2022	2191 730 711	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Implantar Programa de Saúde e Segurança no Trabalho - SST	Silvia Oppenheimer Pitanga Borges			Planejado - Plano Estimado Realizado	07/01/2021 07/01/2021 07/01/2021	18/12/2026 31/12/2022 18/12/2022	2172 724 711	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Promover Ações de Qualidade de Vida no Trabalho	Silvia Oppenheimer Pitanga Borges			Planejado - Plano Estimado Realizado	07/01/2021 01/01/2021 01/01/2021	18/12/2026 31/12/2026 02/09/2022	2172 2191 610	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	INSTITUI, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, a metodologia de realização de audiências concentradas socioeducativas	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/05/2023 01/05/2023 01/05/2023	05/06/2023 05/06/2023 05/06/2023	36 36 36	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 14

<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Elaborar proposta de regulamentação do cumprimento de mandado de busca e apreensão	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/06/2023 01/06/2023 01/06/2023	31/12/2023 31/12/2023 16/08/2023	214 214 77	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Apresentar proposta de alteração da resolução do Plantão Judiciário para incluir audiência de apresentação	Aldair Procópio			Planejado - Plano Estimado Realizado	26/06/2023 08/03/2023 01/03/2023	26/12/2023 31/12/2023 25/08/2023	184 299 178	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Formulário de risco	Maria Ines Veltri Costa			Planejado - Plano Estimado Realizado	29/06/2022 01/01/2021 01/01/2021	18/12/2023 n/d n/d	538 n/d 1128	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Sensibilização de servidores e magistrados sobre a questão de gênero e aplicação do formulário de risco	Maria Ines Veltri Costa			Planejado - Plano Estimado Realizado	29/06/2022 26/06/2022 29/06/2022	19/12/2022 19/12/2022 19/12/2022	174 177 174	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Viabilização do previsto no art. 22, incisos VI e VII da Lei 11.340/06	Maria Ines Veltri Costa			Planejado - Plano Estimado Realizado	29/06/2022 01/07/2022 01/07/2022	19/12/2022 n/d n/d	174 n/d 582	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 15

<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Viabilização do parágrafo 9º do art. 25 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos	Maria Ines Veltri Costa			Planejado - Plano Estimado Realizado	04/08/2022 04/08/2022 04/08/2022	19/12/2023 n/d n/d	503 n/d 548	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Transparência na prestação de informações de dados estatísticos	Maria Ines Veltri Costa			Planejado - Plano Estimado Realizado	29/06/2022 24/06/2020 26/04/2020	18/12/2023 18/12/2023 19/01/2024	538 1273 1364	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	CONTRATAÇÃO DE RESIDENTES JURÍDICOS	Juliano Cardoso Bolzan			Planejado - Plano Estimado Realizado	30/09/2022 n/d n/d	18/01/2023 n/d n/d	111 n/d n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	REDUZIR O ACERVO PROCESSUAL NOS JUÍZADOS ESPECIAIS	Juliano Cardoso Bolzan			Planejado - Plano Estimado Realizado	25/01/2023 25/01/2023 25/01/2023	02/06/2023 02/06/2023 20/06/2023	129 129 147	R\$ 2.566.788,00 R\$ 0,00 R\$ 2.566.788,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	CONTRATAÇÃO DE RESIDENTES JURÍDICOS PARA AS TURMAS RECURSASIS	Juliano Cardoso Bolzan			Planejado - Plano Estimado Realizado	n/d 30/09/2022 30/09/2022	n/d 18/01/2023 18/01/2023	n/d 111 111	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	criação de projeto piloto para atendimento ao público de forma descentralizada	Juliano Cardoso Bolzan			Planejado - Plano Estimado Realizado	n/d n/d n/d	n/d n/d n/d	n/d n/d n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



Organização: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, TJES

Data: 02/02/2024

Página: 16

<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Desenvolver Parcerias externas para avanço da mediação no Estado	Izabella Dalla Sily Casagrande			Planejado - Plano Estimado Realizado	n/d 31/05/2023 28/02/2023	n/d 19/12/2026 n/d	n/d 1299 340	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	REALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS PARA ACORDOS EXTRAJUDICIAIS	Juliano Cardoso Bolzan			Planejado - Plano Estimado Realizado	18/04/2023 n/d n/d	29/12/2023 n/d n/d	256 n/d n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Promover Campanhas Informativas	Gabriela Moro Zamprogno			Planejado - Plano Estimado Realizado	01/01/2024 n/d n/d	31/12/2024 n/d n/d	366 n/d n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Aprimorar a Comunicação Interna do PJES	Maira Pereira Ferreira			Planejado - Plano Estimado Realizado	n/d n/d n/d	n/d n/d n/d	n/d n/d n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Aumentar a distribuição de informações acerca do PJES	Gabriela Moro Zamprogno			Planejado - Plano Estimado Realizado	n/d n/d n/d	n/d n/d n/d	n/d n/d n/d	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



ANEXO II

Evolução de Indicadores (últimos 12 resultados)

Organização: TJES
Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Data: 02/02/2024
Página: 1

	Indicador	Responsável	Departamento	Data	Performance	D	T	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11	P12	
	Acompanhar percentual mínimo da LRF	Simone Caliman Rangel Moryama	Secretaria de Controle Interno	17/07/2023	111,80	↓	↓			●	●	●	●	●						
	Ampliar em 10% a participação de servidores em cursos de capacitação	Mariana Santos de Queiroz Araújo	Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES)		n/d	↓														
	Aumentar em 10% a participação de Magistrados	Mariana Santos de Queiroz Araújo	Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES)		n/d	↓														
	Aumentar em 30% a aplicação das medidas cautelares	Diego de Jesus	Coordenadoria Das Varas Criminais E De Execuções Penais		n/d	↓														
	Escolas atendidas em 100%	Maria Ines Veltri Costa	Coordenadoria Estadual da mulher em situação de violência domestica e familiar		n/d	↓														
	ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO-DOENÇA SERVIDORES	Juliana Bossato Schunk	Secretaria de Gestão de Pessoas	25/09/2023	0,00	↓	↑		●	●										
	Índice de Adesão de Pesquisas de Satisfação	Richard Joanathan Holz Ditbenner	Secretaria Tecnologia da Informação	11/01/2024	29,73	↓	↑	●	●	●	●	●	●	●	●					
	Índice de Contratações de TIC Realizadas	Richard Joanathan Holz Ditbenner	Secretaria Tecnologia da Informação	11/01/2024	83,32	↓	↑	●	●	●	●	●	●	●	●					
	Índice de Demandas de Sustentação Atendidas	Richard Joanathan Holz Ditbenner	Secretaria Tecnologia da Informação	11/01/2024	93,18	↓	↑	●	●	●	●	●	●	●	●					
	Índice de Execução de PDTIC	Richard Joanathan Holz Ditbenner	Secretaria Tecnologia da Informação	11/01/2024	133,60	↓	↑	●	●	●	●	●	●	●	●					
	Índice de Execução do Plano de Capacitação de TIC - PCTIC	Richard Joanathan Holz Ditbenner	Secretaria Tecnologia da Informação	11/01/2024	14,20	↓	↑	●	●	●	●	●	●	●	●					
	Índice de Satisfação dos usuários	Richard Joanathan Holz Ditbenner	Secretaria Tecnologia da Informação	11/01/2024	97,88	↓	↑	●	●	●	●	●	●	●	●					
	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	Simone Caliman Rangel Moryama	Secretaria de Controle Interno	21/09/2023	79,81	↓	↓		●	●	●									
	Limite Prudencial	Frederico de Sá Magalhães	Secretaria de Controle Interno	26/04/2023	111,80	↓	↓	●	●	●										
	Não Processado - Cancelados	SUSANA GONCALVES DE SOUZA JOSÉ GUERRA	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	14/02/2023	-1,00	↓	↑	●	●	●	●									



Evolução de Indicadores (últimos 12 resultados)

Organização: TJES
 Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Data: 02/02/2024
 Página: 2

	Não Processado - Inscritos	SUSANA GONCALVES DE SOUZA JOSÉ GUERRA	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	14/02/2023	-1,00	↓	→	M	M	M	M								
	Não Processado - Pagos	SUSANA GONCALVES DE SOUZA JOSÉ GUERRA	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	14/02/2023	-1,00	↓	→	M	M	M	M								
	Número de Alertas Emitidos	Simone Caliman Rangel Moryama	Secretaria de Controle Interno	26/04/2023	100,00	↑	↓	●	●	●	●								
	Número de Atendimentos aos internos	Aldair Procópio	Coordenadoria da Infância e Juventude	29/01/2024	-1,00	↑	↓	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
	Número de audiências de custódia realizadas	Diego de Jesus	Coordenadoria Das Varas Criminais E De Execuções Penais	04/08/2022	-1,00	↑													M
	Número de campanhas realizadas	Gabriela Moro Zamprogno	Assessoria de Imprensa	23/01/2024	16,67	↑	→	●	●										
	Número de capacitações realizadas	Maria Ines Veltri Costa	Coordenadoria Estadual da mulher em situação de violência doméstica e familiar	17/07/2023	200,00	↑													
	Número de cursos preparatórios realizados	Aldair Procópio	Coordenadoria da Infância e Juventude	29/01/2024	-1,00	↑	→	M	M	M	M								
	Número de Edificações Acessíveis	Wagner Oliveira Marques	Secretaria de Engenharia		n/d	↑													
	Número de Informes SCI Emitidos	Simone Caliman Rangel Moryama	Secretaria de Controle Interno	26/04/2023	100,00	↑	↓	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	Número de medidas de acessibilidade atendidas	Greice Venturi Provete	Assessoria de Cerimonial	18/07/2023	-1,00	↑	↓	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
	Número de medidas de sustentabilidade atendidas	Greice Venturi Provete	Assessoria de Cerimonial	18/07/2023	-1,00	↑	↓						M	M	M	M	M		
	Número de presos apresentados	Diego de Jesus	Coordenadoria Das Varas Criminais E De Execuções Penais	04/08/2022	-1,00	↑													M
	Número de visitas técnicas	Greice Venturi Provete	Assessoria de Cerimonial	21/07/2023	-1,00	↑	↓		M	M	M	M	M	M	M				
	Participação de magistrados em cursos de capacitação	Mariana Santos de Queiroz Araújo	Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES)		n/d	↑													



Evolução de Indicadores (últimos 12 resultados)

Organização: TJES
 Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Data: 02/02/2024
 Página: 3

	Percentual de Conclusão da Contratação de serviço de mensageira	Vitor Rocha Dannemann	Secretaria de Infraestrutura		n/d	↓													
	Percentual de Conclusão da Contratação de serviço locação de veículos	Vitor Rocha Dannemann	Secretaria de Infraestrutura		n/d	↓													
	Percentual de conclusão da Obra	Wagner Oliveira Marques	Secretaria de Engenharia	20/11/2023	-1,00	↓	↓		M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
	Percentual de cumprimento dos Itens do Ranking da Transparência CNJ	Simone Caliman Rangel Moryama	Secretaria de Controle Interno	03/11/2022	93,88	↓		●	●										
	Percentual de Saldo de Restos a Pagar NÃO PROCESSADO 2021- (Pagos/Cancelados no Exercício)	SUSANA GONCALVES DE SOUZA JOSÉ GUERRA	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	14/02/2023	87,31	↓	↓	●	●	●									
	Percentual de Saldo de Restos a Pagar Processado 2021- (Pagos/Cancelados no Exercício)	SUSANA GONCALVES DE SOUZA JOSÉ GUERRA	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	14/02/2023	430,82	↓	↑	●	●	●	●								
	Processado - Cancelados	SUSANA GONCALVES DE SOUZA JOSÉ GUERRA	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	08/02/2023	-1,00	↓	↑	M	M	M	M								
	Processado - Inscritos	SUSANA GONCALVES DE SOUZA JOSÉ GUERRA	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	14/02/2023	-1,00	↓	↑	M	M	M	M								
	Processado - Pagos	SUSANA GONCALVES DE SOUZA JOSÉ GUERRA	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	08/02/2023	-1,00	↓	↑	M	M	M	M								
	Realizar 100% das audiência de presos apresentados	Diego de Jesus	Coordenadoria Das Varas Criminais E De Execuções Penais	04/08/2022	80,00	↓													●
	Solicitação ao Tribunal de Justiça de adequação dos processos de contratação ao parágrafo 9º do art. 25 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos	Maria Ines Veltri Costa	Coordenadoria Estadual da mulher em situação de violência domestica e familiar		n/d	↓													
	Termo de cooperação entre PJES x MPES x SESP	Maria Ines Veltri Costa	Coordenadoria Estadual da mulher em situação de violência domestica e familiar		n/d	↓													